

91

SET/22

ANO 25

O futuro da ? política ambiental .

A batalha em defesa da Serra do Curral continua Vida dos peixes em risco na bacia do Rio das Velhas Vale cerceia direitos de pessoas atingidas em Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto

O futuro da política ambiental?

#91. ano 25. set 2022

COORDENAÇÃO GERAL Marcus Vinicius Polignano Thomaz Matta Machado

CONSELHO EDITORIAL Marcus Vinicius Polignano Carla Wstane Eugênio Marcos Goulart Procópio de Castro Ennio Rodrigues

JORNALISTA RESPONSÁVEL Ennio Rodrigues MTE 0018001/MG

Edição Ferdinando Silva

REPORTAGENS Alejandra Rodríguez Camila Bastos Paulo Barcala

Estagiárias Eduarda Mendes Mariana Lage

Revisão Ferdinando Silva

DIAGRAMAÇÃO Eduardo Gabão

IMAGEM DA CAPA Serra do Curral, na divisa entre Belo Horizonte e Nova Lima

Foto: Leo Souza

IMPRESSÃO

Buzz Gráfica

ISSQN 2178 9363

É permitida a reprodução de matérias e artigos, desde que citados a fonte e o autor.

Universidade Federal de Minas Gerais Av. Alfredo Balena, 190, sl. 813. Belo Horizonte (MG) | CEP 30130-100 (31) 30249460. comunicacao,pmanuelzao@gmail.com

LEIA TAMBÉM PELA INTERNET www.manuelzao.ufmg.br

/projetomanuelzao

@@projetomanuelzao www.guaicuy.org.br

/institutoguaicuy





Expressões





Minas Gerais amanhã, se você continuar só olhando... Joel, um dos 12 profetas esculpidos em pedra-sabão por Aleijadinho, e a mina Casa de Pedra, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), ao fundo.

Foto de **Sandoval de Souza Pinto Filho**, diretor de meio ambiente da União de Associações Comunitárias de Congonhas (Unaccon).



Foto: Otávio Kaxixó

METAIS PESADOS NA BACIA DO PARAOPEBA

OSSIÊ SERRA DO CURRAL

14 ANOS DE LUTA PELO RIBEIRÃO DO ONÇA

ZONA DE MORTANDADE DE PEIXES NO VELHAS

MINAS NÃO HÁ MAIS: DRUMMOND E A MINERAÇÃO

Nas eleições, faça a escolha pelo futuro do meio ambiente!

Iremos iniciar um novo ciclo da política brasileira, num momento em que a própria democracia tem que ser reafirmada. Vemos candidatos associados principalmente à defesa dos interesses econômicos, das armas, da mineração, entre outros. Por outro lado, poucos verdadeiramente se propõem à construção de uma agenda que preserve a qualidade ambiental e de vida. É necessário que haja candidaturas comprometidas com esses objetivos.

Reclamamos que os políticos não defendem a questão ambiental, no entanto nos esquecemos que quem faz as escolhas políticas são os eleitores. Assim, se vota em quem não defende rios, a Serra do Curral ou do Gandarela, enfim, na contramão daquilo que queremos preservar para esta e as futuras gerações.

No dia a dia, assistimos ao desmonte das leis e das estruturas ambientais, especialmente dos conselhos, que deveriam ser participativos. Portanto, é preciso que haja candidaturas que tenham história de luta e conhecimento para defender essa causa.

As políticas ambientais federais e estaduais têm que ser defendidas e têm também de propor novos avanços.

O Projeto Manuelzão há muito defende que a integração das políticas públicas deve passar pelo território sistêmico das bacias hidrográficas. Os rios integram sociedade, economia e cultura e espelham o modelo de civilização que pretendemos construir.

Assim, defendemos que:

- 1. É fundamental cuidar dos aquíferos: preservar as regiões produtoras de águas como as Serras do Gandarela, Rola-Moça, Curral e Moeda; consolidar o bom funcionamento do Quadrilátero-Aquífero na região Centro-Sul de Minas, fundamental para o abastecimento da Grande Belo Horizonte;
- Rever a composição dos conselhos que majoritariamente representam apenas o segmento econômico, sem a possibilidade do contraditório, como a Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho de Política Ambiental (Copam);
- Consolidar a integração da gestão das águas com a gestão ambiental, respeitando o enquadramento dos corpos hídricos, de tal modo que os empreendimentos não impactem negativamente a manutenção da quantidade e da qualidade das águas;
- 4. Fortalecer os comitês de bacias hidrográficas, estabelecendo políticas claras e metas de revitalização dos cursos d'água, com a definição de estratégias e a alocação de recursos públicos;
- Compreender os rios urbanos dentro das bacias hidrográficas; os cursos d'água devem correr vivos pelas cidades, com biodiversidade, e não como depósito de lixo e esgoto;
- 6. O reconhecimento da água como um direito universal;
- 7. Incluir como direito humano o saneamento básico;
- 8. A defesa dos direitos dos animais como seres vivos e de direito no planeta Terra.

Por fim, é preciso reafirmar que a economia não sobrevive sem a ecologia. O voto em um candidato é uma escolha do que a sociedade quer para o seu futuro

Marcus Vinicius Polignano

Professor da Faculdade de Medicina da UFMG e coordenador do Projeto Manuelzão

ENCHENTES DE 2022 POTENCIALIZARAM DANOS E CONTAMINAÇÃO PROVOCADOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA VALE NO RIO PARAOPEBA

Contato com lama depois das chuvas pode ter contaminado moradores de Brumadinho, Mário Campos e São Joaquim de Bicas; alguns apresentam diarréia, febre, alergias, coceiras e ansiedade

Trecho editado de um relatório científico elaborado pela Região Episcopal Nossa Senhora do Rosário, a Renser, com apoio técnico do Projeto Manuelzão. O estudo avaliou a qualidade dos sedimentos às margens do Rio Paraopeba a partir de amostras coletadas no dia 28 de janeiro de 2022 e de entrevistas com pessoas impactadas.

pós o rompimento da barragem da Vale na mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 2019, foram realizados diversos estudos para investigar os danos relacionados ao desastre. Alguns deles, avaliaram a qualidade dos sedimentos do Rio Paraopeba e os possíveis riscos de contaminação para a população após a catástrofe.

Após o rompimento da barragem da Vale na mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 2019, foram realizados diversos estudos para investigar os danos relacionados ao desastre. Alguns deles, avaliaram a qualidade dos sedimentos do Rio Paraopeba e os possíveis riscos de contaminação para a população após a catástrofe.

As enchentes que ocorreram em regiões afetadas pelo desastre-crime no início de 2022 reacenderam esse alerta, já que pode haver relação entre a lama que estava depositada no fundo do rio e a que apareceu invadindo casas e provocando novos prejuízos.

"Eu identifico uma parte da natureza, né?! Que é a enchente que veio com a chuva. E a outra parte é uma devastação que veio com um rejeito de minério de 2019 da barragem que estourou, o que consta aqui na terra é isso. O rio não tinha esse minério, então é provavelmente esse rejeito que veio lá da barragem e ficou armazenado no fundo do rio".

Esse relato é de uma moradora de uma das cidades atingidas. Ela foi entrevistada durante um novo estudo, realizado em janeiro de 2022, nos municípios de Brumadinho, Mário Campos e São Joaquim de Bicas, que foram fortemente afetados pelas enchentes.

O estudo foi produzido a partir da avaliação dos sedimentos depositados no rio, que se percebeu relacionarem-se à natureza dos rejeitos extravasados pelo rompimento de 2019, compreendendo a coleta e análise desse material após as chuvas de 2022. As análises foram realizadas pelo laboratório Tommasi Ambiental. Também foram realizadas cinco entrevistas individuais e uma coletiva com pessoas impactadas, nas quais elas mencionaram impactos à saúde após o contato com a lama que subiu depois da

enchente. Também observaram que antes de 2019 não havia lama, mas areia, após as cheias do Rio Paraopeba.

"A gente fala que a enchente é a natureza, só que foi uma catástrofe, porque antes a gente via a água e a areia e agora vem a lama né?! A lama é uma coisa muito séria, é sem explicação, porque parece que tem tipo uma gordura nela, ela é pegajosa e, ao mesmo tempo, toda vez que a gente tem contato direto com ela a gente sente como que se desse uma coceira, vira umas feridinhas e assim, as vezes, até agora tá secando".

Moradores dos três municípios também afirmaram terem passado a conviver com mais poeira quando a lama secou, e alguns deles contaram que apresentaram diarréia, febre, alergias e coceira na garganta.

"Veio trazendo muito distúrbio pra nós, inflama muito a garganta, outros têm diarreia, e demais foram parar no hospital também devido à água, a água e a poeira, né?! Depois que a água baixou e aí a poeira sempre vem trazendo dificuldade pra gente, até no respirar da gente", relatou um entrevistado de uma comunidade indígena atingida pelas inundações em Brumadinho.

Os relatos também apontaram impactos à saúde psicológica, como ansiedade relacionada às transformações da realidade local, com restrição dos espaços de lazer e convívio, e também ao medo de futuros danos: "O medo que a gente tem é esse do rompimento, da contaminação, e de tudo que está causando em nossa vida. Está causando muito transtorno psicológico pra gente. As pessoas que moram na rua que já tinham esse problema psicológico estão alteradas, um daqui morreu, outro vizinho está internado com um caso sério, já tem mais de um mês. A outra vizinha está toda descontrolada, então assim a gente tá vendo, não tem tanto tempo, são três anos, mas a gente já tá vendo o tanto que afetou".

Devido ao receio de contaminação e as possíveis consequências para a saúde, muitos moradores também comentaram ter deixado de consumir peixes da região, além de frutas e legumes de seus quintais. E ainda estão impedidas de plantar de novo por causa da lama.

"[...] após o rompimento falaram que não podia ter contato com a água, que não podia ter contato com a lama, tem que ter um certo cuidado, o pessoal não podia pescar no Paraopeba. De repente o Paraopeba jogou tudo pra fora, a gente querendo ou não pisou na água, usou da água, pisou na lama, então, assim, cadê aquela preocupação que eles falaram antes que não podia usar?".

As análises do material depositado, neste estudo, mostraram que existe uma quantidade expressiva de metais como Ferro, Alumínio e Manganês nos sedimentos do rio, elementos majoritários presentes na composição dos rejeitos. As concentrações de Ferro e Alumínio eram de duas a três vezes mais elevadas nos locais próximos à confluência com o Ribeirão Ferro-Carvão do que a montante dela, ou seja, acima da junção deste tributário com o Rio Paraopeba. No caso do Manganês, os teores chegaram a ser quatro vezes mais elevados nos trechos do Paraopeba após a entrada do Ribeirão Ferro-Carvão.

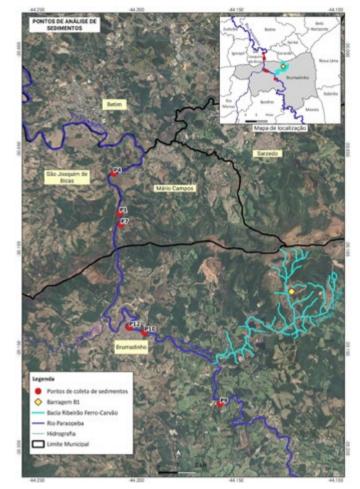
"A tendência é que estes mesmos minerais sejam predominantes no maior volume da massa de sedimentos depositada (e mesmo nos sedimentos em curso) deste trecho do Paraopeba. Isso porque, além dos rejeitos conterem elevadas concentrações dos metais identificados, a região do Quadrilátero Ferrífero-Aquífero (onde está situado o trecho estudado) é marcada pela manifestação em abundância dessas mesmas substâncias nos solos e nas águas (superficiais e subterrâneas)", aponta um trecho do relatório, que ainda é preliminar.

Os teores de Ferro no trecho fluvial avaliado ocorreram entre 29.200 mg/kg e 164.000 mg/kg. O valor máximo é superior à variabilidade naturalmente encontrada nos solos de Minas Gerais, a qual está entre 38.000 e 81.000 mg/kg. O Manganês aparece entre 189 e 433 mg/kg nos solos mineiros, uma faixa menor àquela verificada nas amostras obtidas dos sedimentos, que oscilaram entre 832 e 4.880mg/kg.

Também para os metais Bário, Cobalto e Vanádio, embora não existam valores orientadores na legislação, o relatório indica que para todos eles as concentrações no ponto do Rio Paraopeba acima da confluência com o Ribeirão Ferro-Carvão foram menores em comparação aos pontos a jusante.

Além disso, o Cromo e o Níquel, apresentaram concentrações acima dos parâmetros legais e em quantidades que oferecem maior probabilidade de causar efeitos adversos aos organismos aquáticos.

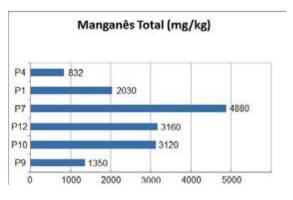
Em síntese, o trecho fluvial avaliado, sob a influência da deposição dos rejeitos, apresenta níveis de contaminação química para alguns metais - Cromo e Níquel, ambos podendo ser encontrados na composição química dos rejeitos - em relação aos valores orientadores da legislação específica de sedimentos, a Resolução nº 454/2012 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, o Conama.

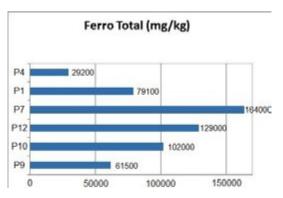


Mapa dos pontos de coleta de sedimentos nas margens do Rio Paraopeba.

Os níveis e origem das alterações encontradas para os metais analisados dependem de uma série de fatores ambientais e sua origem, além da própria geologia regional, pode estar vinculada às ações antrópicas, inclusive a deposição dos rejeitos. Além disso, são importantes limitações à interpretação mais abrangente dos resultados a inexistência de legislações específicas e com valores de referência das concentrações naturais de alguns metais nos sedimentos fluviais. As informações levantadas são oriundas de uma campanha amostral e, por isso, é desejável a continuidade das análises para a consolidação das informações levantadas.

Em outras palavras, as enchentes alimentam ainda mais a contaminação e degradação da bacia após o rompimento da barragem, potencializando os efeitos negativos para as comunidades atingidas.





Teores de Ferro e Manganês encontrados nos trechos avaliados. Créditos: Tommasi Ambiental.

SERRA DO CURRAL: A LUTA PELA PRESERVAÇÃO CONTINUA

Disputa representa caminho escolhido por Minas na encruzilhada do minério e da proteção de suas riquezas

FERDINANDO SILVA

MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO

aisagem natural mais expressiva de Belo Horizonte, a Serra do Curral está no centro de uma disputa entre a preservação e a exploração minerária. Patrimônio histórico-cultural, a Serra serviu de caminho para os tropeiros que transitavam entre as minas de ouro e os sertões durante o período colonial e, mais tarde, foi a principal referência para a criação da nova capital do estado. Divide Belo Horizonte e Nova Lima, onde liga-se a Serra do Rola-Moça a oeste, seguindo a leste em direção à Sabará, abrangendo, em 12 quilômetros de extensão, grande diversidade de fauna e flora.

Mesmo após anos de luta de vários setores da sociedade contra a instalação de um novo empreendimento que pretende abocanhar um dos últimos pedaços preservados da Serra do Curral - o Complexo Minerário Serra do Taquaril (CMST), da Tamisa -, o Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), aprovou por 8 votos a 4 as licenças prévia e de instalação do CMST, na madrugada de 30 de abril deste ano. O projeto prevê a extração de 30 milhões de toneladas de minério de ferro em 13 anos.

O tombamento estadual da Serra, principal mecanismo que a

protegeria integralmente, englobando a área em Nova Lima visada pela Tamisa, em vias de concretização desde 2021, foi passado para trás na corrida entre preservação e exploração.

Ações movidas pelo MPMG, o Ministério Público Federal (MPF) e a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) estão em tramitação, pedindo a suspensão da anuência. A sociedade civil não cessou o protesto contra o que acredita ser uma ofensa à memória e à identidade do povo mineiro. Organizações ambientalistas, o Projeto Manuelzão, órgãos patrimoniais e as maiores universidades do estado, a UFMG e a PUC, opuseram-se ao projeto.

Em coro, rejeitam a devastação da atividade minerária em um patrimônio histórico-cultural, hídrico e de fauna e flora, numa zona de transição entre Cerrado e Mata Atlântica. Isso, em meio à emergência climática e a crises hídricas quase anuais nos períodos de seca na região metropolitana da capital. As cavas da Tamisa ficariam em cima das águas subterrâneas da região, impactando uma área com mais de 20 nascentes da bacia hidrográfica do Rio das Velhas e algumas outras do Paraopeba.



SÍMBOLO DESMANCHANDO

Mesmo tendo contribuído decisivamente para a criação de Belo Horizonte e sendo a referência que aparece no nome e na bandeira da cidade, a Serra do Curral não escapou à mineração. Rica em jazidas, começou a ser explorada nos anos 1940. A Ferro Belo Horizonte (Ferrobel), estatal da Prefeitura de Belo Horizonte, abriu nos anos 1960 a mina Mangabeiras, na região que mais tarde virou o parque de mesmo nome. Contamos um pouco da história da Serra do Curral na Revista Manuelzão 89.

Também do lado da capital, um grande estrago foi deixado pela mina Corumi, explorada a fio entre 1950 e 1990. A Serra ainda sofreu em suas partes mais baixas com o avanço imobiliário em bairros como o Cruzeiro e Mangabeiras e com o adensamento do Aglomerado da Serra.

Do lado de Nova Lima, a mina de Águas Claras, da Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), da qual a Vale detém 98% do capital, deixou uma gigantesca cratera de 200 metros de profundidade, coberta pela água que subiu do lençol freático. A mina foi desativada em 2002, mas a devastação de cerca de 2.200 hectares nunca foi recuperada.

Fotos: Léo Souza





Serra entrincheirada: do lado de Nova Lima, a cratera deixada pela mina de Águas Claras (à esquerda), do lado de BH, as marcas da mina Corumi (à direita).

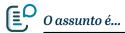
Em 2013, a mina Corumi voltou a ser explorada, após a Empresa de Mineração Pau Branco (Empabra) se comprometer com o MPMG a assumir a recuperação da área, desde que pudesse comercializar o fino do minério restante na mina. A recuperação se transformou em mais devastação até que a empresa foi embargada em 2018 e investigada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

A Serra do Curral ainda seria explorada na divisa entre Raposos e Sabará, entre 2018 e 2020, pela Fleurs Global. Até a suspensão de suas atividades pela Justiça após uma operação da Polícia Federal, a empresa acumulou mais de uma dezena de crimes ambientais, resultando num prejuízo aos cofres públicos de mais de R\$ 40 milhões.

A Polícia Federal acusa a Fleurs de atuar em conluio com a Gute Sicht, empresa alemã que desde 2020 explora uma área na divisa entre Belo Horizonte e Sabará sem licenciamento ambiental, sob tutela do governo estadual, com base apenas em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad).

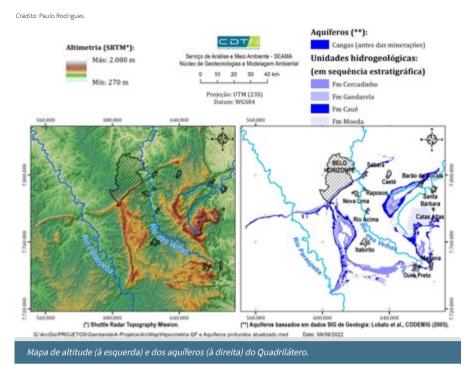
A RIQUEZA QUE RESTA

Justamente nas últimas áreas preservadas da Serra do Curral em Nova Lima que a Tamisa pretende se instalar. Sua cava (local onde se retira o minério) Oeste ficaria logo abaixo do Pico Belo Horizonte, ponto mais alto da capital e símbolo que aparece em seu brasão. Há ainda uma cava Norte, junto de uma pilha de estéril (monte de rejeitos), que seriam praticamente contíguas à área degradada pela mina Corumi.



O projeto prevê ainda mais uma cava, outra pilha de estéril, duas plantas de beneficiamento (onde se trata o minério), uma a seco, outra, a úmido, além de obras de infraestrutura como estradas para transporte de minério e rejeito, posto de abastecimento, pátios e oficina, linhas de transmissão de energia elétrica, entre outras intervenções.

Segundo o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), avaliação exigida no licenciamento, haverá a devastação de vegetação nativa de Cerrado e 100 hectares de Mata Atlântica, lar de 1.109 espécies de plantas, 121 delas ameaçadas de extinção. Entre as centenas de espécies animais ameaçadas estão lobo-guará, raposinha, mico-estrela, furões, rãs, lagartos, o pássaro rabo-mole-da-serra, endêmico das montanhas da região, e mesmo uma onça-parda. O EIA aponta que o empreendimento causará a diminuição do número de indivíduos de fauna e flora.



"Estamos na chamada sexta extinção em massa, uma era na qual há evidências robustas de que a taxa de extinção de espécies de vertebrados é 100 vezes maior que o normal. A redução de biodiversidade se dá em efeito cascata. Além disso, as florestas amortecem as chuvas e o ciclo da água depende da vegetação. Estamos no olho do furação e não há outro caminho a não ser preservar cada palmo que resta", vaticina Ana Flávia Quintão, bióloga, doutora em Saúde Coletiva e ativista.

O bioma da Mata Atlântica foi reduzido a apenas 10% da sua área original, segundo um estudo de 2019 produzido pela Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe.

A IMPORTÂNCIA HÍDRICA

Se os danos aos ecossistemas são facilmente percebidos, o geógrafo Paulo Rodrigues está sempre às voltas com a árdua tarefa de alertar sobre a destruição de um patrimônio invisível para os humanos, mas de extrema importância à vida: os aquíferos, formações rochosas subterrâneas onde a água que se infiltra no solo é armazenada.

Uma proporção ajuda a dar contornos à questão: da água própria para consumo humano no planeta, menos de 1% do total (2% da água doce está em geleiras e 97% são águas salgadas), há 40 vezes mais águas subterrâneas do que as que vemos nos rios e lagos.

Professor do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear, instituto de pesquisa da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Rodrigues é um dos que propaga a ideia de que o chamado Quadrilátero Ferrífero, do qual a Serra do Curral é seu limite norte, também é um Quadrilátero Aquífero. Isso porque a região é uma "singularidade planetária": "os reservatórios subterrâneos são formados horizontalmente, em áreas mais baixas, nos fundos dos vales. Por aqui, no entanto, são verticalizados, estreitos, mas podendo atingir 1 quilômetro de profundidade e coincidindo com os próprios topos de morro, onde está o minério de ferro", ele explica.

Essa exceção geológica leva ao que Rodrigues chama de "paradoxo da sorte": no Quadrilátero, na mesma faixa do solo, a dos itabiritos, as rochas são repletas de ferro e armazenam muita água. Ou seja, extrair o minério dos morros significa destruir essas caixas d'água formadas a 2,5 bilhões de anos. O extrato dos itabiritos é chamado de Formação Cauê, ou Aquífero Cauê, responsável por 80% das águas subterrâneas da região.

Considerados Áreas de Preservação Permanente (APPs) pelo Código Florestal brasileiro, os topos de morro são as áreas mais nobres para a recarga dos aquíferos. Quanto mais distante cai do rio, maior a capacidade da água da chuva de se infiltrar no solo. Assim, passa muito mais tempo na bacia hidrográfica em comparação a que cai perto dos cursos d'água e logo deixa o território.

Uma conclusão invisível é que a resiliência hídrica de um local, sua capacidade de resistir a secas, é determinada muito mais pela integridade dos aquíferos do que das águas superficiais. Apenas parte das águas subterrâneas volta à superfície na forma de olhos d'água ou nascentes e, em caso de estresse daquelas, estes são os primeiros a sumir. No Quadrilátero, as nascentes brotam na altura do Cauê.

Ao cavar um morro para extrair minério, encontra-se água subterrânea, que então é drenada para que a atividade prossiga. As três cavas previstas no projeto da Tamisa, estão em cima do aquífero na região. "Ao bombear essa água, a água subterrânea é transformada em superficial, o que é um péssimo negócio. Quando falam: 'não vamos chegar na água subterrânea', é uma mentira! As mineradoras não têm dados sistematizados para garantir isso. Nunca vi um EIA que distingue a profundidade do aquífero em período de chuva e de seca, numa série histórica de ao menos quatro anos", contrapõe Rodrigues.

De todo modo, a água da chuva passa pelo topo do morro e destruindo-o, a recarga é afetada independentemente da profundidade da cava e o nível do aquífero é rebaixado.

Apenas do lado de Nova Lima da Serra, seriam impactadas 18 nascentes pertencentes à bacia do Rio das Velhas, 15 delas com grandes chances de secarem completamente, segundo o geólogo. O Velhas corre no centro do Quadrilátero e abastece 2,4 milhões de pessoas na região metropolitana da capital. Até desaguar no Rio São Francisco, abastece outros milhões de pessoas, além de ter de se manter como um ecossistema vivo.

E A JUSTIÇA?

A concessão da licença ambiental ao empreendimento da Tamisa está sendo questionada em uma série de ações na Justiça. Duas delas foram movidas pelo MPMG antes da reunião que aprovou o projeto. Em uma, não apreciada a tempo, o órgão pedia a paralisação do licenciamento, argumentando que a Serra possuía proteção provisória por estar em processo de tombamento.

Crédito: Paulo Rodrigues.

612,080
614,080
614,080
618,080
620,090
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622,000
622

Mapa com as nascentes e os aquíferos da Serra do Curral.

Em outra, o MPMG objetou-se à anuência concedida pela Prefeitura de Nova Lima ao CMST, já que o Plano Diretor do município proíbe a atividade mineradora na região devido à presença de vegetação nativa da Mata Atlântica.

A ação foi rejeitada pelo juiz Rogério Santos Araújo Abreu, o mesmo que, em julho, concedeu uma liminar favorável a Tamisa, para suspender a votação do tombamento provisório da Serra do Curral. A decisão foi tomada em tempo recorde: 8 minutos. Para Vinicius Papatella, mestre em Direito e integrante do Instituto Cordilheira, trata-se de "mais um exemplo de um trágico enredo da luta ambiental. A mineração é atendida com urgência, o que se repete recorrentemente. É, no mínimo, de se suspeitar", avalia.

Após a concessão da licença, o MPMG entrou com nova ação, pedindo sua suspensão e declaração de nulidade. A ação ainda não foi apreciada.

O MPF também entrou na briga. Em maio, o órgão tentou impedir na Justiça Federal que a Tamisa realize a supressão de 100 hectares de Mata Atlântica sem a aprovação prévia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). O MPF aponta que a Tamisa precisaria de anuência do Ibama, pelo fato do bioma ser um patrimônio nacional protegido pela Constituição, que impede o seu desmatamento sem a permissão do órgão federal.

Em junho, o MPF pediu a nulidade da licença concedida à Tamisa, alegando que o CMST impactaria diretamente o quilombo Manzo Ngunzo Kaiango, comunidade culturalmente diferenciada que não foi consultada pela empresa e órgãos públicos.

Os pedidos foram negados, mas o MPF já recorreu das duas decisões

Já a PBH questiona judicialmente a sua não participação no processo de licenciamento ambiental e pede a suspensão da anuência. O governo de Minas negou sua consulta, argumentando que

o empreendimento não impactaria a capital, o que é confrontado pela Procuradoria-Geral do Município pelo risco à segurança hídrica da região e o risco de erosão do Pico Belo Horizonte, bem tombado nas esferas municipal e federal. A prefeitura considera, ainda, que o CMST pode reduzir a qualidade do ar, em função da poeira gerada nas atividades.

Para Papatella, além de se manterem mobilizados, instituições e sociedade civil conseguiram reunir fortes argumentos pelo cancelamento da licença, única medida que asseguraria a mineradora longe da Serra, em seu entendimento. Para ele, há ainda vícios de origem como o fracionamento do licenciamento: o projeto inicial da Tamisa era extrair 1 bilhão de toneladas de minério, em 30 anos, e um representante da empresa admitiu em audiência na Assembleia Legislativa que, caso instalada, a empresa buscaria implementá-lo.

O TOMBAMENTO ESTADUAL

As ameaças de diversas ordens à Serra do Curral fizeram com que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, a tombasse, em 1960. A proteção, contudo, abarca apenas o Pico Belo Horizonte e a parte da Serra vista a partir da capital.

Em 1990, a Serra foi inserida na Lei Orgânica de Belo Horizonte como bem a ser protegido e, em 2003, teve seu tombamento municipal regulamentado. Antes, em 1997, foi eleita pelos belo-horizontinos como o maior símbolo da cidade. Sobretudo longe da vista dos moradores da capital, contudo, essas medidas não foram suficientes para garantir sua integridade.

Nesse contexto, a Promotoria de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico do MPMG recomendou ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, o Iepha, em 2009, avaliar o tombamento estadual para resguardar a Serra também em Nova Lima e Sabará.



Custeado por um acordo judicial de 2013, que impunha medidas de compensação a uma construtora, o contrato para a elaboração do dossiê de tombamento estadual da Serra do Curral foi publicado em 2018. O trabalho começou em 2019, a cargo da consultoria Práxis, que venceu a licitação para a prestação do serviço. Os trabalhos foram acompanhados pelo MPMG e o Iepha e o dossiê, com mais de 1600 páginas, ficou pronto em dezembro de 2020.

A DANÇA DO GOVERNO

O Conselho Estadual de Patrimônio Cultural, Conep, ligado ao lepha, é o responsável por aprovar ou não o tombamento do bem. Ele é composto por 20 conselheiros (que contam 15 suplentes), representando o governo do estado, universidades, órgãos e entidades da área do patrimônio, sociedade civil, entre outros. Em tese, o conselho reúne-se duas vezes por ano, mas em 2021, quando a Serra do Curral era a bola da vez, encontrou-se apenas em uma ocasião, em dezembro, mas sem a proteção da Serra na pauta.

O governo estadual manobrou para protelar a decisão, justificando que a prefeitura de Nova Lima não se manifestou no processo, ainda que tivesse sido convocada a participar durante a elaboração do dossiê.

Desde que o dossiê ficou pronto, dois presidentes do lepha, cargo que garante a função de secretário-executivo do Conep, foram destituídos pelo governo de Romeu Zema, que afirmou que o perímetro de proteção seria revisto "à luz dos impactos ao desenvolvimento econômico".

Uma carta aberta assinada por 10 conselheiros e suplentes do Conep foi divulgada em março deste ano, afirmando que, apesar dos esforços, "têm encontrado fortes resistências do governo estadual para que este tombamento seja efetivado". O representante da UFMG no conselho e professor da Faculdade de Arquitetura, Maurício Campomori e seu suplente, Flávio Carsalade, também da Faculdade de Arquitetura, estão entre os que assinaram a carta.

A repercussão negativa da aprovação do empreendimento da Tamisa na Serra arranhou a imagem do governo Zema, que busca se reeleger em outubro e que retrocedeu em seu apoio incondicional ao projeto, pelo menos até a eleição... Através do Iepha, o governo decretou o tombamento provisório da Serra, em junho, impedindo a mineradora de se instalar. A proteção deveria ser referendada pelo Conep mas, em duas ocasiões, o conselho foi impedido pela Justiça de votá-la.

Instituto de Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA

Presidente: Marilia Palhares Machado

PORTARIA IEPHA Nº 22/2022

A Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, IEPHA/MG, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 216 da Constituição da República de 1988; no inciso III do art. 2º do Decreto n. 47.921, de 22 de abril de 2020; e no art. 12 da Portaria IEPHA/MG n. 29, de 3 de julho de 2012, e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual n. 48.443, de 14 de junho de 2022, que declara a Serra do Curral, situada entre os municípios de Belo Horizonte, Nova Lima e Sabará, como bem de relevante interesse cultural do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO o Despacho Governamental n. 25, de 14 de junho de 2022, em que se recomenda estudos para a promoção do acautelamento preliminar da Serra do Curral pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais – IEPHA/MG;

CONSIDERANDO a Serra do Curral como bem dotado de valores histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico referenciais para o povo mineiro:

Trecho da portaria do lepha que declara a Serra "bem de relevante interesse cultural" e determina seu tombamento provisório.

O tombamento definitivo, de todo modo, deveria ser votado até 31 de agosto, pelo que foi acordado no termo de compromisso de elaboração do dossiê. O prazo foi estendido para a manifestação do município de Nova Lima. A proteção provisória cumpriu, assim, o papel de uma espécie de cortina de fumaça aos olhos da opinião pública. Para Carsalade, o governo controlou o processo com esperteza, de modo a ganhar tempo e parecer interessado na proteção da Serra. É provável, entretanto, que a diminuição da área de proteção seja proposta.

A MOBILIZAÇÃO PERSISTENTE

O antídoto contra essa manobra, é a manutenção da mobilização da sociedade civil, dos Ministérios Públicos e de outras instituições. Pensando na centralidade da Serra do Curral para Minas, Carsalade avalia que permitir a mineração ali representa, por extensão, uma ameaça a muitos outros patrimônios do estado. "Sem dúvidas o caso é um divisor de águas, que indicará até que ponto vamos ceder à mineração. A mineração deve ser muito bem negociada, não se pode simplesmente abrir a porteira e, este, é um momento que significa muito para o que queremos enquanto sociedade".

TRADIÇÕES EM NOVOS CAMINHOS: SANTANA DOS MONTES PASSA POR TOMBAMENTO INÉDITO

Além de bens materiais, cidade a 120 quilômetros de Belo Horizonte terá protegidas atividades artísticas e manifestações culturais

EDUARDA MENDES

antana dos Montes é uma pequena cidade mineira cuja história se inicia ainda no século XVIII. São dessa época algumas fazendas e a igreja Matriz, pouco depois vieram os cerca de 30 casarões do centro histórico, que rodeiam a praça arborizada. Hoje, o local conquista visitantes com suas belas paisagens, cachoeiras e os casarões e fazendas centenárias, tendo um forte apelo turístico na região, próxima ao município de Conselheiro Lafaiete e banhada pela bacia hidrográfica do Rio Piranga.

Santana está próxima de ser a primeira cidade de Minas Gerais protegida por tombamento híbrido, definido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha). Isso significa que bens imateriais serão anexados ao dossiê de tombamento, junto aos elementos materiais do patrimônio.

Além do núcleo histórico, protegido municipalmente desde 2003, os bens imateriais anexados ao processo incluem as atividades artísticas da Escola de Violeiros e manifestações culturais católicas e afro-brasileiras, como a Folia de Reis e o Congado.

Essa é uma maneira de garantir que as práticas e atividades sejam incluídas em políticas públicas de proteção, manutenção e incentivo ao patrimônio local.

"Hoje estamos trabalhando com muita força em um novo olhar da administração pública de pensar na questão do resgate da cultura e valorização dos nossos bens", ressalta Adriana Couto, secretária municipal de Cultura à época do início do processo.

O QUE ENTRA NA PROTEÇÃO HÍBRIDA

A Escola de Violeiros, fundada há 16 anos e já reconhecida como patrimônio do município, possui alunos de todas as faixas etárias e membros de famílias inteiras que viajam para além dos montes de Santana para levar sua música e tradição para outras terras.

"Para nós [o tombamento híbrido] é uma referência muito

boa. Teve uma época que a viola esteve um pouco afastada, então hoje nós estamos resgatando esse projeto. É um incentivo muito grande que estão nos dando", celebra Reginaldo Assunção, fundador da escola, sublinhando a importância do apoio público para a sua manutenção. "Hoje nós podemos falar do instrumento, da cultura da nossa terra, através do som da nossa viola. É ela que fala tudo".

Geraldo Fernandes, mestre folião, deseja mais incentivo para a manutenção do seu grupo e acredita que, agora, tenha mais chances de conseguir. "Se tivesse uma sede, pra mim seria um sonho. Ter um lugar para guardar os instrumentos, como a sanfona, o pandeiro. Agora vamos tentar pedir. Meu sonho é uma Folia tombada como patrimônio", fala o mestre de seu anseio.

O grupo da Folia de Reis conta com 27 foliões que se reúnem na noite de natal e levam cantoria de casa em casa, recolhendo ofertas e donativos para a Igreja Católica.

Cientista política e dona do Hotel Solar dos Montes, um casarão no Centro da cidade que data de 1790, Ana Maria Medina vê com bons olhos o novo fôlego: "Eu acredito que o tombamento híbrido vai nos ajudar muito a valorizar os nossos recursos, que já são bem cuidados, mas ainda temos muitas ideias de coisas para fazer".

"As pessoas pensam 'isso daqui é uma casa velha'. Tem uma diferença entre antigo e velho: velho é o que está abandonado, antigo é o que tem alguns anos, mas está bem cuidado, bem utilizado. São riquezas", pondera Ana Maria.

A expectativa é que o tombamento seja aprovado na próxima reunião do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep) e, com isso, o reconhecimento das riquezas de Santana e a preservação de sua história e tradições sejam motivo de mais orgulho aos santanenses.

Foto: Leo Souza.





Foto: Eduardo Gabão

Proposta de nova Constituição, derrotada em plebiscito, defende noção de bem comum natural e reconhecia direitos da Pacha Mama; governo chileno seguirá negociação para renovação constitucional

EDUARDA MENDES

lisa Loncón, linguista, ativista de direitos humanos e presidente da Convenção Constitucional do Chile - grupo de deputados que possui a tarefa de redigir uma nova Constituição -, prometeu que o país será uma nação que cuida da terra. "A Convenção que presido hoje transformará o Chile em um Chile que cuida da Mãe Terra; em um Chile que limpa as águas; em um Chile livre de qualquer dominação", disse na tarde de 4 de julho de 2021, durante uma reunião dos parlamentares.

Durante o processo de elaboração da nova Carta Magna chilena, projetada para substituir a de 1980, criada durante a ditadura, um grupo de representantes autoproclamados "ecoconstituintes" tinha como objetivo que a proposta para a nova carta se distanciasse de uma visão antropocêntrica e se voltasse a uma visão ecocêntrica. Eles buscaram trazer a Pacha Mama, isto é, a Mãe Terra, ou a natureza, não mais como um recurso a ser explorado, mas como uma parte vital da existência humana.

A partir desse desejo, foi desenvolvido o artigo 9, que trata dos direitos da natureza e reconhece que "os indivíduos e os povos são interdependentes com a Natureza e formam um todo inseparável." E, mais especificamente, que "a natureza tem direitos e que o Estado e a sociedade têm o dever de protegê-los e respeitá-los".

O debate pelos direitos da natureza vem se arraigando no solo latino-americano, a exemplo de constituições como a da Bolívia e do Equador, que também buscam um processo de retorno ao seio materno da Pacha Mama.

A proposta da nova Constituição do Chile foi entregue pela Convenção Constitucional ao presidente Gabriel Boric em julho. O texto foi submetido a um plebiscito no dia 4 de setembro, sendo rejeitado, entretanto, por 61,87% dos chilenos.

O QUE SIGNIFICA CONCEDER DIREITOS À NATUREZA?

Apesar de ter sido rejeitada nesse momento, o texto suscita vários debates necessários. "O processo constituinte propõe no campo ambiental que temos que reconhecer primeiro os direitos da natureza e reconhecê-los como 'bens comuns naturais', o que é diferente de 'recursos naturais'. A ênfase da proposta da nova Constituição está em uma política ecológica, que reconhece os direitos culturais, dos povos indígenas, da terra, a seu ecossistema, e também modificar a estrutura que havia no Chile que era uma espécie de neoliberalismo ambiental", explica João Vitor Silva Miranda, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

"Se não for o mais, é um dos textos mais avançados e democráticos que eu já vi serem feitos no mundo", avalia Miranda.

O artigo 9 acrescenta ainda que "o Estado, através das suas instituições, deve garantir e promover os direitos da Natureza determinados pela Constituição e pelas Leis", e passa a constar que "a Lei pode estabelecer restrições ao exercício de certos direitos ou liberdades para proteger o ambiente e a Natureza".

Na proposta da nova Constituição, os direitos da natureza são consagrados. Trata-se de uma grande mudança que poderia inspirar um processo de transformações profundas na forma como a natureza é vista, aproveitada e protegida.

"É como se fosse uma introdução no inconsciente coletivo. É uma retomada histórica. Por anos a gente vive essa superexploração da natureza, não é de um dia da noite que vamos mudar isso. Mas a área do Direito tentar tutelar isso é uma iniciativa de pelo menos dar uma certa margem para ambientalistas, para leis mais rígidas", explica Gabrielle Luz Campos, mestre em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).

Gabrielle prossegue: "A legislação muitas vezes tem um impacto simbólico. É uma vitória imensa conseguir constar isso. Vai caminhando para uma mudança, possibilita cobrar mais, a jurisprudência vai mudando. Ela mostra uma tendência de que o mundo está começando a adotar e que temos que começar a priorizar".

O QUE MUDA PARA A PACHA MAMA

Estes princípios afetam diretamente o regime de propriedade sobre os recursos naturais, que passam a ser reconhecidos como "bens comuns naturais". São passíveis de apropriação, mas devem ser utilizados prezando-se pela harmonia dos ecossistemas.

Isso quer dizer que águas, montanhas e vegetação, antes de serem utilizados pelas indústrias, devem satisfazer, primeiramente, as necessidades básicas das pessoas, e que os ciclos da natureza devem ser respeitados. A água passa a ser reconhecida em seu caráter essencial para a vida, e não mais como um bem privatizável, como costumava ser

no Chile. A proposta de um todo inseparável com a natureza garante, também, os direitos de povos indígenas e comunidades que dependem diretamente da terra.

"Temos uma definição de parâmetros e uma mudança de paradigma nesse processo constituinte, porque trata justamente de impor limites à ambição que permite a facilitação de recursos na mão de empresas privadas internacionais", analisa Paola Bolados, doutora em Antropologia e pesquisadora de políticas indígenas e conflitos socioambientais na Universidad Autónoma de Chile. "Mas não é um milagre, será sempre necessário manter a pressão popular contra a exploração predatória", alerta.

O artigo 9 não impede que a natureza seja explorada, mas define que sejam estabelecidos limites. Ainda não há uma implicação prática clara, trata-se de uma forma de esboçar uma nova visão de mundo em que a natureza não existe mais para servir ao ser humano ou como um objeto de exploração. Define que dependemos da natureza e que somos um todo inseparável, equilibrados em nível de valor, de um ponto de vista normativo.

"A Constituição é um texto base, uma vontade política. O que complementa a Constituição são as legislações específicas. Então, pode ser que no futuro esse artigo contribua para a existência de leis específicas para a implementação dos direitos. Vai se fazendo uma abertura nas possibilida-

des da legislação interna, e não será possível mais ter legislações contrárias à Constituição. Isso é fundamental. Normativas de superexploração sem limites vão cair em desuso, porque a Constituição vale muito mais", considera Paula Constante, mestre em Integração Contemporânea da América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino Americana (Unila).

"É um processo histórico, um processo de reconhecimento e ressignificação das próprias vidas. As pessoas têm que se reconhecer nesse novo formato e começar a cobrar em relação a isso", completa Paula.

Os ecoconstituintes propuseram, também, pela Comissão de Meio Ambiente, normativas para consagrar um estatuto constitucional a cada um dos bens comuns naturais existentes, como, por exemplo, minas, o solo e a atmosfera.

Apesar do resultado do plebiscito, o governo do presidente Gabriel Boric, defensor da nova Constituição, pressionará para que haja algum acordo político para propor outra versão da proposta que foi votada.

Caso se torne realidade, o artigo 9 representará um claro apoio constitucional para que o país possa avançar, de forma gradual, rumo a um futuro ambientalmente equilibrado e sustentável. Sua própria concepção, de todo modo, mostra a América Latina e, por que não, ao mundo, a possibilidade de uma convivência mais harmoniosa com a Pacha Mama.



Antes definidas como "recursos naturais", riquezas ambientais passam a ser reconhecidas como "bens comuns naturais".

Foto: Eduardo Gabão

DEIXEM O ONÇA BEBER ÁGUA LIMPA COMPLETA 14 ANOS COM CRIAÇÃO DE PARQUE E REVITALIZAÇÃO DE NASCENTE À VISTA

Movimento comunitário de intervenção ambiental na região do Baixo Ribeirão do Onça, em Belo Horizonte, luta por recuperação do curso d'áqua como política pública

MARIANA LAGE

viver com o rio vivendo. Completados 14 anos de incessante luta do movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, avanços no projeto de recuperação do Ribeirão do Onça trazem para mais perto o sonho antigo de seus moradores vizinhos na região Nordeste de Belo Horizonte. Através do Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu, o Comupra, principal articulador do movimento, as margens do Onça foram e ainda serão profundamente transformadas, servindo de modelo de reintegração das águas à cidade.

Recentemente, foi criada pelo movimento e pactuada com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), com apoio do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas), a Meta 2025: nadar, brincar e pescar no Onça. O objetivo é atrelar preservação ao uso social do ribeirão. Através da política ambiental, com a revitalização de uma das nascentes e a construção de um parque ciliar, o movimento enxerga, às margens do Onça, cidadania e qualidade de vida para a comunidade.

"É de extrema relevância a participação dos moradores e o desejo de preservar a nascente. Eles são como guardiões, que monitoram o espaço

às margens do Onça", define Roneide Aparecida Dutra, professora aposentada e colaboradora do Comupra.

Chamado de Casa Comum por seus defensores, o Ribeirão Onça é um dos afluentes do Rio das Velhas. Suas primeiras nascentes brotam em Contagem, formando os córregos Sarandi e Bom Jesus, que se juntam a outros cursos d'água na capital para compor o Ribeirão Pampulha, cujas águas são represadas na célebre lagoa de mesmo nome. Depois, na avenida Cristiano Machado, o curso d'água se encontra com o córrego Primeiro de Maio e, nas redondezas da estação São Gabriel, com o Cachoeirinha – passa, então, a se chamar Ribeirão do Onça.

Até esse ponto, o Onça corre quase todo canalizado. A partir de lá, segue em canal aberto, margeando a Via 240, recebendo os córregos Nossa Senhora da Piedade, Saramenha e outros. Ao longo da rodovia MG-020, após a cachoeira do bairro Novo Aarão Reis, recebe os córregos Isidoro e seus afluentes. Seguindo seu rumo, vai então ao encontro do Velhas no município de Santa Luzia.

Historicamente negligenciado por políticas públicas, o ribeirão sofre há décadas com retirada da mata ciliar, a sedimentação de seu leito, o descarte de resíduos sólidos e efluentes domésticos e a canalização e impermeabilização do solo. Há carência de infraestrutura sanitária e urbanística básica, principalmente no chamado Baixo Onça, região que compreende os bairros Ribeiro de Abreu, Areia Branca, Novo Aarão Reis e o Quilombo Mangueiras, em Belo Horizonte.

É no combate a todos esses problemas que a força da mobilização popular na região mais se destaca, principalmente com o projeto do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça e a revitalização de uma de suas nascentes, localizada na avenida Serra da Mantiqueira, chamada de "fundamental" pelos moradores do entorno.

Antes de receber esse nome, ela era conhecida como Nascente da Dona Júlia, moradora que dela cuidou por décadas e, apesar de não ser a formadora do Onça, que nasce em Contagem, chamá-la fundamental é uma escolha política do movimento: ressaltar sua importância para o ribeirão e para toda a comunidade e, portanto, a necessidade de recuperá-la.



Para Roneide Dutra, uma das guardiãs do Onça, a revitalização do ribeirão une a todos em prol da reintegração das águas à cidade.



A mancha de inundação do Baixo Onca foi atualizada recentemente: 760 famílias iá foram retiradas e 1.600 estão em processo de realocação

Foto: Léo Souza

FRUTOS DA LUTA

No ano passado, foi assinado um termo de compromisso com o poder executivo da capital para a formulação da proposta conjunta do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça e a revitalização da Nascente Fundamental, que será incorporada ao parque.

Ainda em 2011 fora iniciado um projeto de recuperação da nascente e, em 2015, a Secretaria Municipal de Política Urbana esboçou a elaboração do projeto urbanístico do parque que, no entanto, não foram pra frente. Diante desse quadro, o parque ciliar vinha sendo construído pela própria comunidade, pouco a pouco, através de mutirões.

"O Comupra e o Deixem o Onça são dos exemplos de organização social mais importantes de BH, especialmente do diálogo necessário entre comunidade e poder público na formulação das intervenções urbanas. No futuro, temos o potencial de ver o ribeirão despoluído e um parque totalmente apropriado pela população, que participa de todo o processo, desde o planejamento à implantação", avalia Márcia Marques, coordenadora de Integração no Projeto Manuelzão.

Algumas ações para a recuperação da região, como a realocação de 780 famílias que habitavam a mancha de inundação do Onça, e que muito sofreram com enchentes e deslizamentos, foram realizadas desde

o último ano, quando foi assinado o mais recente plano de revitalização da nascente.

As obras no Onça envolvem, além do Comupra e dos moradores, a PBH e sua Fundação Municipal de Parques e Zoobotânica e Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte e parceiros como o CBH Rio das Velhas, o Subcomitê do Onça, o Projeto Manuelzão e o Instituto Guaicuy.

No projeto do parque, foram delimitados quatro tipos de áreas, com características físicas e de gestão específica: abertas de livre acesso, de conservação, de preservação e de equipamentos diversos. A extensão prevista é de 5,2 quilômetros, toda cercada por uma ciclovia, contando com espaços comuns como pistas de caminhada, quadras, parquinhos, academias e hortas comunitárias.

Entre os objetivos da Meta 2025, que são elencados no planejamento da implantação do parque, estão a continuidade da relocalização de famílias inseridas na mancha de inundação do Ribeirão do Onça; interceptação e tratamento total do esgoto da bacia; recuperação das margens e proteção das nascentes; municipalização da MG-020; e construção do novo acesso ao Ribeiro de Abreu e região, para melhorar o trânsito entre os bairros circundados pelo ribeirão.

14 ANOS DE MOVIMENTO

Após dois anos de atividades virtuais, a

comunidade do Baixo Onça e os parceiros do movimento se reuniram no 14º evento do Deixem o Onça Beber Água Limpa, realizado em formato híbrido, com um seminário online e um encontro presencial, no dia 11 de junho, com apresentações musicais, teatro interativo, exposição de trabalhos de alunos das escolas da região e a afamada festa junina, ao fim de tarde.

Com o tema "Famílias ribeirinhas... ribeirão", o evento foi um momento de consolidação das ações realizadas ao longo do último ano, discutidas em reuniões mensais, e de união da comunidade. "Informação, troca de experiência e muito aprendizado foram os pontos-chave do evento, sendo o principal protagonista do dia o Onça, claro", celebra Roneide.

O campinho da rua Ribeiro de Abreu, ou Espaço Vitrine, onde o evento foi realizado, fica às margens do Onça e conta, além do campo, com a primeira horta agroflorestal da cidade e o parque infantil – construídos graças aos esforços da comunidade e a sua luta pela desapropriação dos espaços de risco na área. Vitrine, para que Belo Horizonte se inspire na recuperação do Onça.

No Arraial do Onça, em sua terceira edição, teve quadrilha e barraquinhas de comidas típicas juninas preparadas pelos moradores. Para Roneide, "foi contagiante ver a alegria de todos e o trabalho do Comupra refletiu no brilho dos olhos de cada família presente."

PROPOSTA FEDERAL DE POLÍTICA NACIONAL DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA CRIA MERCADO DA ÁGUA

PL 4.546 do governo federal, que quer privatizar a água de rios, lagos e aquíferos, tem lacunas e contradições jurídicas que ferem a Lei das Águas

CAMILA BASTOS

o final do ano passado, o federgovernoal apresentou ao Congresso o Projeto de Lei (PL) 4.546/21, que cria um mercado de água no país e desmonta pontos importantes da gestão da água para instituir, entre outros pontos, a figura do prestador de "serviços hídricos". O PL da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica é criticado por opositores, ambientalistas e pesquisadores, além de entidades como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária.

O texto propõe a concessão de outorgas onerosas que, de acordo com Marcus Vinícius Polignano, coordenador do Projeto Manuelzão, funcionariam como a privatização dos sistemas hídricos e a instituição de um mercado de águas. "Na prática, é a privatização de um bem público e natural. Quem tiver poderio vai poder construir estruturas, represas e barragens, causando alteração dos ecossistemas. É um comércio de água", critica.

O texto foi desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), que alega que o setor vai demandar investimentos de R\$ 40 bilhões até 2050 para garantir a segurança hídrica do país, o que, segundo a pasta, não seria viável apenas com recursos públicos. Além disso, seriam necessários recursos para manutenção da infraestrutura já existente. O ministério

ainda afirmou que a implementação das infraestruturas e serviços hídricos se daria ao longo de 30 anos e o plano está em fase de elaboração pelo MDR.

O PL propõe alterar a Lei 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, justamente quando ela completa 25 anos. A chamada Lei das Águas é considerada muito exitosa pelas entidades de gestão das águas, por permitir que a representação tripartite (governos, usuários e sociedade civil) promova um debate amplo sobre o destino das águas e das bacias hidrográficas no Brasil. Para seus defensores, em vez de demolida, ela deveria ser avaliada, celebrada em seus acertos e aprimorada nas frentes em que pode progredir.

(NÃO) ENVOLVIMENTO CIVIL

Uma das principais críticas ao PL é a falta de diálogo com as entidades que há décadas cuidam das águas no Brasil e a falta de envolvimento da sociedade em todo o processo. Em fevereiro, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas) e mais de 100 outras entidades divulgaram uma nota contrária ao PL.

"[O Projeto de Lei] foi elaborado de forma antidemocrática, uma vez que não passou por discussão em nenhuma instância dos comitês de bacias hidrográficas federais e estaduais, nem tão pouco no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, apesar de ser um projeto que impacta substancialmente a gestão das águas do país", é dito em trecho do texto.

Na carta, as entidades também apontam que a proposta de criação da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica trata unicamente de obras convencionais, "que já se mostraram insuficientes para garantir segurança hídrica e para que os eventos extremos sejam amenizados, causando menor impacto na escassez e com as chuvas intensas".



APONTE
O SEU
CELULAR
E LEIA A
CARTA NA
ÍNTEGRA!

A falta de diálogo e participação na construção do PL também foram condenados em notas e comunicados emitidos pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária.



PRINCIPAIS QUESTIONAMENTOS AO PL 4.546/21:

Cessão onerosa das outorgas - Permite que um usuário que tenha o direito de uso da água (outorga) e não utilize a quantidade total possa vender o restante para terceiros.

Esvaziamento dos comitês de bacia - Os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) são responsáveis por diversos pontos tratados no projeto, mas não foram consultados, nem citados no texto. O projeto não esclarece como seria feita a operacionalização da política.

O PL foi entregue pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) direto ao Congresso, sem ouvir as instituições de água e saneamento do país.

Institui o termo "serviços hídricos", que seriam destinados ao controle e ao gerenciamento de quantidade, qualidade, nível ou pressão, além da regularização, da condução e da distribuição espacial e temporal de água. O conceito não é reconhecido por especialistas internacionais.

PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA FRACASSOU EM OUTROS PAÍSES

Enquanto o governo nacional trabalha pela privatização dos recursos hídricos brasileiros, a experiência internacional faz o caminho contrário e centenas de cidades reestatizaram a gestão das águas após a piora nos serviços, encarecimento para os concidadãos e aumento da insegurança hídrica.

Berlim, na Alemanha, Paris, na França; Budapeste, na Hungria; Bamako, em Mali; Buenos Aires, na vizinha Argentina; Maputo, em Moçambique e La Paz, na Bolívia, são algumas das capitais que voltaram e reverteram a privatização dos sistemas de água e saneamento. Esse caminho foi exposto por um estudo apresentado em 2020 pelo Instituto Transnacional (TNI), centro de pesquisas com sede na Holanda.

Ao detalhar a experiência de reestatização dos sistemas de água cerca de mais 300 cidades, o estudo "O Futuro é Público: pela Propriedade Democrática dos Serviços Públicos" (edição brasileira, publicada em 2020) mostra como a privatização de serviços essenciais, como saneamento, transporte, saúde e educação, contraria os interesses sociais e ambientais.

"Embora a privatização tenha sido impulsionada, por mais de três décadas, com base em sua suposta 'eficiência', inúmeros estudos revelaram que poucas evidências existem para apoiar esta opção política ao invés da propriedade pública. O que eles descobriram, ao invés disso, são aumentos de custos e redução da qualidade para os usuários dos serviços, piora das condições para os trabalhadores e praticamente inexistência de prestação de contas, transparência e controle democrático".

Trecho do livro "O Futuro é Público: pela Propriedade Democrática dos Serviços Públicos".



ZONA CRÍTICA PARA A MORTANDADE DE PEIXES NA BACIA DO RIO DAS VELHAS

Baixa oxigenação da água entre os municípios de Santa Luzia e Santana de Pirapama ameaça vida aquática; área deve ser prioritária na captação e tratamento de esgotos

MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO, professor da Faculdade de Medicina da UFMG e coordenador do Projeto Manuelzão NIVIA LOPES DOS SANTOS, engenheira ambiental, mestra em Ciência e Tecnologia das Radiações

ara transformar a realidade é necessário monitorar o território, conhecer seus problemas e atuar sobre eles. O Projeto Manuelzão nasceu a partir de uma visão ecossistêmica de bacia hidrográfica, tendo como origem o território do Rio das Velhas. Essa perspectiva norteia ações que visam à integração da sociedade, cultura e biodiversidade ao território da bacia.

Todos pertencemos a uma bacia hidrográfica. Por ela circula a água necessária à vida. A água percorre todos os ecossistemas, carreando para os leitos dos rios todas as características oriundas da interação antrópica com o meio ambiente, representando a mentalidade daquela sociedade.

Num projeto de abordagem ecossistêmica, um grande desafio é definir um objetivo comum, simples e ao mesmo tempo capaz de responder à complexidade dos desafios. No Projeto Manuelzão, o objetivo definido

O Alto Velhas compreende a região denominada Quadrilátero Ferrífero-Aquífero, tendo o município de Ouro Preto como limite ao sul e Belo Horizonte e Sabará como limite ao norte. O Médio Velhas abrange 20 municípios, entre Santa Luzia e Jequitibá. foi a volta do peixe ao rio, o que significaria que várias metas foram atingidas a partir da resolução de diversos impactos e que a sociedade estaria vivendo de maneira minimamente harmônica com seu território.

Para isso acontecer, os efluentes domésticos, industriais e da mineração devem ser tratados; o lixo corretamente destinado; as leis de uso e ocupação do solo obedecidas; a civilização deve ser mais solidária à manutenção da biodiversidade e ao futuro do planeta.

Sempre lutamos para que o Rio das Velhas fosse respeitado em seus diferentes trechos e para que este obtivesse uma classificação na Região Metropolitana de Belo Horizonte de classe 2, o que permitiria nadar, pescar e navegar nesta região.

Criamos metas para que municípios do Alto e Médio Rio das Velhas tenham o devido tratamento de seus efluentes, por meio de Estações de Tratamento de Esgoto. Hoje, estima-se que a capital trata cerca de 70% de seu esgoto gerado e sabe-se que ainda há bastante a avançar.

O trabalho realizado pelo projeto ao longo dos anos resultou em melhorias

importantes na qualidade das águas do Velhas, com aumento da oxigenação da água e a diminuição da mortandade de peixes, antes muito frequente. Embora estejamos distantes de atingir a meta de nadar no rio, os peixes voltaram com força e temos que garantir as condições para a sua permanência.

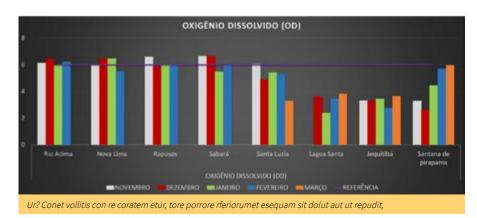
MÉDIO VELHAS EM ALERTA

No processo de monitoramento do Rio das Velhas, após algumas campanhas e avaliações realizadas entre novembro de 2021 e março de 2022, observou-se a existência de uma zona crítica de baixa de oxigenação entre os municípios de Santa Luzia e Santana de Pirapama.

Consideramos que o ideal para manutenção do ecossistema aquático é um nível de oxigênio de 4 mg/L. Valores abaixo de 2 mg/L são considerados críticos, pois impactam diretamente a vida dos peixes e de boa parte do ecossistema ali existente.

No Gráfico 1 estão dispostos os dados de oxigênio dissolvido, no referido período, em que é possível verificar a correlação das chuvas com o parâmetro monitorado.







O resultado acendeu um alerta para as regiões supracitadas que, mesmo com o aumento da vazão do rio nesse período, mantiveram a oxigenação abaixo ou próxima do limite de acompanhamento predeterminado pela equipe.

Pensando na criticidade do período de estiagem e em acompanhar quais os tributários que têm contribuído para a formação dessa zona crítica de risco de mortandade de peixes, fizemos uma campanha direcionada ao trecho do Médio Velhas.

Em abril, o plano de amostragem usual foi alterado em função da necessidade de investigar a alteração substancial na qualidade da água observada entre os municípios de Santa Luzia e Jequitibá. Foi traçado um plano extra de amostragem, que contemplou o monitoramento dos principais tributários do Velhas no trecho correspondente, a fim de avaliar as possíveis influências que levaram às alterações observadas. O monitoramento foi realizado no dia 9 de abril, sendo coletadas amostras na região do Médio Velhas, conforme descrito na tabela:

Novembro	COORDENADAS		Condutividade	OD		ORP	Townsend	TDS	
	х	Y	Condutividade (μS)	(mg/L	pН	(mV)	Temperatura (°C)	(ppm)	Turbidez
SANTA LUZIA Rio das Velhas	-19.768.99 6	-43.869.79 2	236,00	1,55	6,98	-22,40	27,30	169,0 0	33,80
RIBEIRÃO DA MATA	-19.711.16 5	-43.859.28 3	280,00	2,78	7,17	-40,30	28,20	200,0	151,80
RIBEIRÃO VERMELHO	-19.690.78 1	-43.798.06 8	112,50	6,03	6,90	-27,70	27,90	91,50	12,83
RIO TAQUARAÇU	-19.617.08 9	-43.797.94 7	41,00	4,34	7,01	-40,00	24,20	30,30	11,93
LAGOA SANTA Rio das Velhas	-19.550.89 3	-43.912.61 7	169,70	3,68	6,92	-22,90	26,32	119,0 0	35,40
RIO JABOTICATUBAS	-19.462.59 0	-43.90338 7	59,00	5,56	7,21	-42,00	24,40	42,50	0,36
CÓRREGO TRINDADE Remanso	-19.333.60 7	-43.937.35 6	81,70	4,01	6,89	-21,60	24,20	58,10	6,99
CÓRREGO GRANDE	-19.283.51 6	-43.984.71 7	170,00	6,38	7,40	-54,90	23,90	124,0 0	68,90
JEQUITIBÁ Rio das Velhas	-19.220.30 2	-44.019.01 3	164,50	3,60	7,01	-35,90	24,20	117,0 0	39,70
Valor de referência			x≤100	X≥6	6 a 9	X>0=Ox i	20-25	ATÉ 500	ATÉ 100

Fonte: Projeto Manuelzão

Foi possível identificar que, entre os tributários avaliados, o Ribeirão da Mata tem contribuído negativamente para o Velhas e foi o corpo hídrico que apresentou os piores resultados. Além deste, os córregos Trindade e Grande, em Baldim, demonstraram a necessidade de avaliar detalhadamente a situação do município, sobretudo o impacto da ausência do tratamento de esgoto para a região, considerando a expansão da sede e dos seus distritos, além do crescente parcelamento de solo no entorno.

Apesar de a região do Médio Rio das Velhas receber matéria orgânica lançada irregularmente nos grandes centros urbanos e em alguns tributários, identificamos a contribuição positiva de alguns corpos hídricos nesse trecho, como o Ribeirão Vermelho e rios Taquaraçu e Jaboticatubas, que são de grande relevância na capacidade de autodepuração do Velhas e, por isso, devem ter suas condições preservadas.

É importante ressaltar que os impactos sofridos pelos rios tributários pelo lançamento de efluentes domésticos e industriais, o carreamento de particulados e demais focos de poluição, comprometem diretamente a manutenção dos ecossistemas que ali pertencem. Tal fato se agrava a cada ciclo e pode ser observado visualmente no período de estiagem, quando identifica-se grande eutrofização do meio e mortandade de diversos animais.

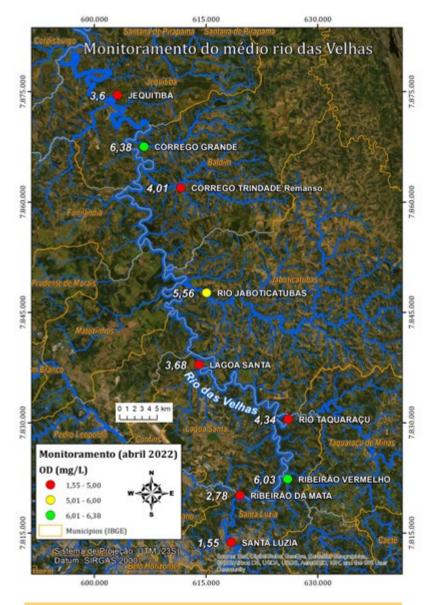
PROGNÓSTICOS

Apesar do levantamento contemplar alguns parâmetros base, é fundamental que esse piloto seja aprimorado e monitorado através de parâmetros complementares capazes de promover a devida discriminação dos impactos, e que estes sejam acompanhados de laudos laboratoriais, para possibilitar uma discussão intermunicipal e a determinação de metas conjuntas.

A ausência de chuva ao longo da bacia antes e durante o período de coleta contribuiu parcialmente para o quadro de dados observado. No entanto, não valida os

Ocorre quando um corpo d'água recebe grande quantidade de efluentes com matéria orgânica enriquecida com minerais e nutrientes que induzem o crescimento excessivo de algas e plantas aquáticas. parâmetros não aderentes com os valores pré-estabelecidos pela legislação, visto que estes estão vinculados à presença exacerbada de matéria orgânica na água, bem como à dificuldade de autodepuração do rio, associada diretamente ao uso e ocupação do solo nas regiões analisadas.

Os resultados reforçam a importância da preservação de toda bacia, preventivamente na região do Médio Velhas, para que tais impactos não comprometam, de modo irreversível, todo ecossistema presente no Velhas, bem como o abastecimento público e a qualidade de vida da população, especialmente ribeirinhas. Para isso, será necessário intensificar a intercepção e tratamento de esgotos em Belo Horizonte e nos afluentes tributários que contribuem negativamente para a qualidade das águas do rio, em especial o Ribeirão da Mata, e os principais afluentes em Lagoa Santa e Jequitibá.



Mapa de maior perigo de mortandade de peixes

Fonte: Paulo Rodrigues e Projeto Manuelzão

DEFENSORES DO CERRADO: IMPACTADO POR DESASTRE-CRIME DA VALE, POVO KAXIXÓ LUTA POR REPARAÇÃO

Implicações do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho aos Kaxixó são reconhecidas judicialmente e percurso à compensação é iniciado

GABRIELLE LUZ CAMPOS, Advogada, mestra em Direito e supervisora de Medidas Emergenciais e Populações Vulnerabilizadas, na Coordenação Temática Direitos das Pessoas Atingidas, no Instituto Guaicuy

o contrário do noticiado e do que o mundo pôde acompanhar em tempo real, o desastre-crime do rompimento da barragem B-I da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, não se deu apenas em 25 de janeiro de 2019. Impactos de outra ordem ocorriam concomitantemente e se desdobravam no tempo e no espaço a alguns quilômetros do epicentro da lama, provocando uma infinidade de danos socioeconômicos e ambientais, que incidem sobre diversas comunidades e territórios, em diferentes intensidades e temporalidades. Esses danos não se limitam à espacialidade da lama. É o que acontece com os Kaxixó, povo originário que vive às margens do Rio Pará - e não do Paraopeba, rio diretamente afetado pelo rompimento.

O povo Kaxixó viu seus modos de vida serem alterados após o rompimento. Aumento de frequentadores desconhecidos nas margens do Rio Pará, com hostilidade aos indígenas; aumento da pesca predatória e do lixo na região; alterações no lazer e no uso do rio; impossibilidade de realização das festividades; aumento da pressão sobre o território, sobretudo sobre os recursos hídricos; especulação imobiliária e expansão dos loteamentos já existentes são apenas alguns dos desdobramentos que afetaram o povo.

No início dos trabalhos desenvolvidos pelas Assessorias Técnicas Independentes (ATIs), designadas em 2019 para auxiliar as pessoas atingidas, o povo Kaxixó ainda não estava mapeado pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Foi por meio dos trabalhos realizados em dezembro de 2020 pelo Instituto Guaicuy, uma das ATIs, especificamente no campo de reconhecimento territorial, que o povo Kaxixó se autorreconheceu como atingido. Compreenderam, então, que algo havia acontecido após o desastre-crime, mas não sabiam o que fazer ou a quem procurar. Com isso, iniciaram-se os trabalhos do Guaicuy junto ao povo Kaxixó.

O povo Kaxixó e a ATI passaram a plantar, juntos, diversas sementes no processo judicial. Entre reuniões com as Instituições de Justiça, a Vale e a Fundação Nacional do Índio (Funai), o acompanhamento de perícia antropológica e a instauração de inquérito civil público, alguns frutos comecaram a ser colhidos.

A princípio, o povo não possuía protocolo de consulta, mas com o apoio da ATI, em março de 2022, houve o lançamento do Protocolo De Consulta Do Povo Kaxixó. O povo Kaxixó também não estava incluído no acordo judicial, mas por meio do acesso à informação qualificada e do apoio prestado pela ATI, a comunidade elaborou um manifesto, pedindo sua inclusão.

De igual modo, havia incerteza se o povo estaria contemplado no Programa de Transferência de Renda (PTR) às pessoas atingidas, mas por meio dos trabalhos realizados pela ATI, foi elaborada uma nota técnica e demarcadas as poligonais, demonstrando que os Kaxixós estavam dentro dos critérios estabelecidos, fazendo jus à inclusão no programa de reparação. Em abril, houve o início do cadastramento para recebimento do PTR - mais um fruto colhido pelo Povo Kaxixó.

Várias foram as sementes plantadas pelo povo Kaxixó junto ao Guaicuy que ainda estão germinando. A ATI segue, junto ao povo, cuidando dos plantios, com toda atenção, rigor e comprometimento, para que, no tempo certo, mais frutos sejam colhidos. Hoje, o Guaicuy soma forças a uma das lutas dos defensores do Cerrado, que por séculos resistem à exploração, à violência e ao massacre em seu território tradicional, mantendo vivos seus costumes e tradições.



AS FRENTES DE TRABALHO NA LUTA PELO VIVER DAS COMUNIDADES ATINGIDAS APÓS OS DANOS CAUSADOS NA BACIA DO PARAOPEBA

Travessia do Instituto Guaicuy junto das pessoas atingidas ruma à reparação integral dos impactos

CARLA WSTANE, diretora do Instituto Guaicuy

trabalho do Instituto Guaicuy como Assessoria Técnica Independente (ATI) das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale, tem se mostrado dinâmico e desafiador, mas, ao mesmo tempo, uma chama de esperança na luta popular. Desde 2019, quando fomos eleitos pelas pessoas atingidas das regiões do Baixo Paraopeba (região 4) e do entorno da represa de Três Marias (região 5), viemos construindo formas e estratégias para mediar a escuta das pessoas, o conhecimento técnico multidisciplinar e o diálogo com as Instituições de Justiça (IJS) e demais atores em busca do engajamento na reparação integral.

Atualmente, nossas ações têm sido pautadas por eixos que visam acompanhar a execução dos anexos estabelecidos pelo acordo judicial firmado em abril de 2021 pela empresa ré - a Vale -, o estado de Minas Gerais e as IJs. Mas, para além do atendimento ao acordo, viemos construindo com as pessoas atingidas a compreensão dos danos por elas sofridos. Importante ressaltar também o trabalho de acolhimento psicossocial, jurídico e agrário às demandas das pessoas, assim como processos formativos em direito dos atingidos e a elaboração de análises técnicas que tragam informações qualificadas para a compreensão dos danos.

Os desafios são muitos diante da complexidade que envolve o processo de reparação integral, contudo, acreditamos na importância de socializar, através da Revista Manuelzão, como as ações coletivas têm sido um instrumento potente do povo no enfrentamento a interesses políticos e econômicos de poderosas empresas. Isso está acontecendo não só na bacia do Paraopeba, mas em vários territórios. Cada vez mais, as pessoas atingidas por grandes empreendimentos têm buscado seu direito à ATI, uma ferramenta

que ajuda as vítimas a ampliar suas vozes e visibilizar os danos que sofrem cotidianamente.

O centro da atividade do Instituto Guaicuy, inspirado nas ações do Projeto Manuelzão – que promove a saúde, tendo os rios como indicadores da qualidade da vida – está na mobilização social, na promoção da participação informada nos espaços de organização da comunidade atingida e no constante acolhimento de suas demandas e encaminhamentos necessários. Sempre acreditamos que esse é o caminho para garantir protagonismo, autonomia e promover a cidadania nos territórios em que atuamos.

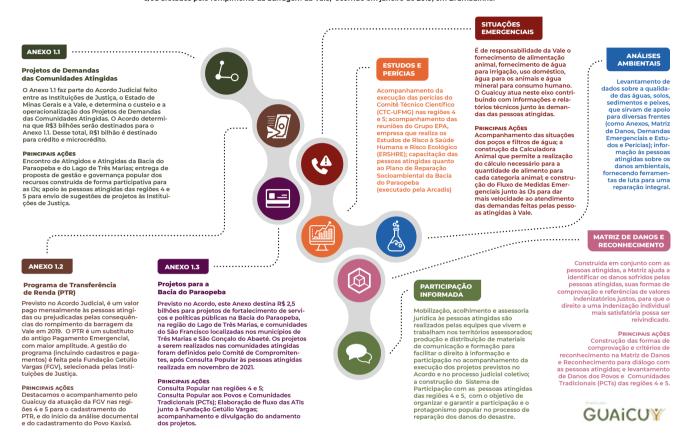
No caso da bacia do Paraopeba, focamos nossos esforços na construção de núcleos comunitários, espaços coletivos em que se pode ouvir, falar, conversar sobre os assuntos que as pessoas e comunidades atingidas julguem pertinentes, assim como dar atualizações sobre o andamento do processo na Justiça. Esses núcleos são uma das portas de entrada para pessoas que vivem nas comunidades e querem saber mais sobre a luta em busca da reparação integral. Outra são os acolhimentos psicossociais, plantões com profissionais especializados em escutar e, em articulação com o aparato público local, dar encaminhamentos e auxiliar na garantia do direito à saúde que a Constituição Federal garante a todos nós.

Todo esse trabalho é executado concomitantemente à execução de estudos e análises técnicas, demandadas pelas pessoas atingidas ou necessárias no âmbito do processo, que têm o objetivo de gerar informações qualificadas com dados produzidos de forma independente da empresa causadora dos danos. É imprescindível que as pessoas atingidas tenham dados mais confiáveis sobre, por exemplo, a qualidade da água do rio, para além daqueles fornecidos pela própria mineradora.

Atualmente, as frentes de trabalho no território, além do processo contínuo de mobilização, acolhimento e análises técnicas, estão pautadas em oito eixos. São eles:

FRENTES **DE TRABALHO**

Em 2019, o Guaicuy foi eleito como Assessoria Técnica Independente (ATI) das regiões 4 (Pompéu e Curvelo) e 5 (região do Lago de Três Marias e comunidades do São Francisco localizadas nos municípios de Três Marias e São Gonçalo do Abaeté), que são territórios atingidos e/ou afetados pelo rompimento da barragem da Vale, ocorrido em janeiro de 2019, em Brumadinho.



É importante lembrar que essas frentes de atuação são desenvolvidas nos territórios com as pessoas atingidas, e contam também com a articulação de outros atores locais, como os municípios e entidades governamentais e com o constante diálogo com as demais ATIs que atuam em outras partes da bacia do Paraopeba. Ainda que se reconheça a diversidade territorial e social presente nos 26 municípios atingidos pelo rompimento, busca-se certa unidade em contexto de atingimento da bacia. São milhares de mulheres, homens, crianças, jovens e idosos, de diferentes modos de vida e tradições, que foram arrancadas de suas rotinas para se dedicar a horas de debate e de luta. Vítimas inocentes de um crime de dimensões históricas que ainda hoje seguem sendo lesadas, mas se empenham pela reparação dos danos, em que "ter o rio de volta" será a única reparação integral possível.

Esse é um trabalho desafiador para a nossa equipe, mas muito mais difícil para as pessoas atingidas, que sempre estão à mercê dos tempos judiciais e das conjunturas políticas, enquanto a água para beber muitas vezes falta no imediato. Nós, do Instituto Guaicuy, só conseguimos executar essa complexa tarefa de articulação porque somos comprometidos com a possibilidade de um mundo mais justo. Mas somos constantemente afetados e mobilizados pelo forte espírito de luta das próprias pessoas que buscam justiça, que nos fortalecem com a resiliência de se envolver, mobilizar e participar de todas as ações que temos desenvolvido e ainda iremos desenvolver junto com essas comunidades, em busca de um viver mais justo e humanitário após um desastre-crime devastador como esse provocado pelo lucro acima de tudo. O Instituto Guaicuy tem lado e é ao lado das pessoas atingidas.

NO DESERTO DA JUSTIÇA, A MIRAGEM DO DIREITO

Pessoas abaixo de barragem instável da Vale em Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto, sofrem com manobras da mineradora para impedir reparação dos danos

PAULO BARCALA

m abril de 2020 a história de Antônio
Pereira mudou para sempre. Após o
rompimento, em 2019, da barragem
da Vale no Córrego do Feijão, em Brumadinho, os atestados de segurança dessas estruturas foram sucessivamente revistos em
Minas Gerais. Não foi diferente com a barragem Doutor, também da Vale, localizada
logo acima do distrito ouro-pretano. Seu
nível de emergência foi elevado de 1 para
2, deixando os cerca de 5 mil habitantes do
Pereira de cabelo em pé.

Foi definida a mancha de inundação de um possível rompimento, que obrigou a retirada de mais de 500 moradores de suas casas e deixou incontáveis impactos àqueles que ficaram. Na cabeça de todos, as cenas de terror em Brumadinho estavam muito vivas.



Barragem Doutor, em primeiro plano, e Antônio Pereira ao fundo; fora do campo à esquerda está a Vila Samarco, que também seria atingida pela lama.

Ainda em abril de 2020, o Ministério Público de Minas Gerais ajuíza a primeira ação contra a Vale, em defesa das pessoas atingidas pela "lama invisível" da barragem Doutor. A Justiça reconhece, em setembro de 2020, que as pessoas atingidas devem ter a seu serviço uma Assessoria Técnica Independente (ATI), custeada pela ré, para que fossem equilibradas as condições de informação e negociação que opunham as vítimas a uma empresa do poder da Vale.

Em janeiro de 2021, a própria legislação passa a reconhecer esse direito, com a promulgação da Lei 23.795, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens. Até então, porém, ambas, decisão da Justiça e lei, continuam mofando na gaveta, pois as vítimas permanecem sem o apoio da ATI que escolheram – o Instituto Guaicuy, eleito dois terços do voto popular –, enfrentando sozinhas a gigante da mineração.

Ainda instável, a barragem Doutor está sendo desmontada, mas o processo deve ser concluído no mínimo em 2028.

ARTIFÍCIOS LEGAIS CONTRA A JUSTIÇA E A LEI

"Desde que houve a escolha da ATI pela comunidade, em seguida homologada pela Justiça, a Vale vem usando todos os artifícios para evitar que ela esteja no território. Estamos acompanhando os atingidos, mas com todos os limites por não termos equipe em campo nem recursos necessários ao trabalho", diz Ronald Guerra, o Roninho, vice-presidente do Instituto Guaicuy.

Carla Dias, uma das guerreiras que lideram essa luta desigual, é direta: "A Vale tem medo do resultado do trabalho da ATI, do levantamento da real matriz de danos, da realidade dos atingidos e de como foram

atingidos, dos estudos de quais os danos coletivos e individuais, de qual é a verdadeira mancha de inundação".

Moradora do distrito e outra das principais ativistas, Ana Carla Cota chama atenção para um segmento em particular: "as crianças e adolescentes formam um público invisível, sofrem calados, mas acumulando traumas e transtornos. Como a Vale vai cuidar dessa reparação? Estão roubando a infância e a adolescência dessa turma. A chegada da ATI abarcaria todos os atingidos".

Os tempos judiciais não são os de quem sofre. De maio do ano passado até fevereiro último, já foram solicitadas ao Instituto Guaicuy três edições do Plano de Trabalho, documento que orienta as ações da ATI, mobilizando a cada turno um grande número de técnicos para readequar a peça às exigências processuais.

O pedido da empresa para levar o caso à mediação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, de segunda instância, também funciona como protelatório. Segundo a advogada Maria Tereza Carvalho, assessora do Guaicuy, a discussão de acordos poderia ocorrer em primeira instância, sem suspender o processo: "na própria ação, qualquer das partes pode propor acordos, independentemente da fase do processo". Só que assim não se comeriam mais de seis meses do precioso tempo dos atingidos, que viram a ação paralisada de dezembro a junho.

ENQUANTO ISSO...

Ana Carla analisa a estratégia: "a Vale quer ganhar tempo, um tempo usado contra os atingidos, em que ela articulou – en-

Foto: Felipe Chimicatti



quanto o processo estava lá na 2ª instância – reuniões duas vezes por semana do comitê que ela criou, ainda que completamente esvaziado e sem nenhuma notícia para a comunidade. A Vale quer passar que tá tudo indo bem com o plano de compensação que ela finge ter sido feito em conjunto com a comunidade". Carla Dias corrobora: "Todos sabem que o comitê é da Vale".

Um dos nós é apontado por Ana Carla: "O que a Vale apresenta não é um plano de reparação, são obras de infraestrutura, esporte, lazer. Isso não é reparação integral dos danos, não traz nada sobre a desvalorização das casas, atingido é só quem foi removido, nem fala das perdas no comércio, da saúde mental...".

De fato, o chamado Plano de Compensação e Desenvolvimento aborda ações como a instalação de muros de gabião, revitalização e plotagem de pontos de ônibus, reforma da escola, repasse de recursos para contratação temporária de servidores da saúde, entre outras. Nada que se assemelhe a um Plano de Reparação Integral dos danos de quem sofre, há centenas de dias, problemas de toda ordem: traumas emocionais, doenças respiratórias e cardiovasculares, perda de patrimônio e de fontes de trabalho e renda, quebra de vínculos afetivos e comunitários.

DE VÍTIMA A RÉU

Outra tática da mineradora tem sido criminalizar a ação de quem está à frente da batalha. De modo direto, a Vale impetrou ação judicial contra algumas das principais

militantes entre as pessoas atingidas para tentar impedir que sejam realizadas manifestações em determinados locais públicos da comunidade e de seu entorno.

"A Vale quer vencer pelo cansaço, numa prática extremamente desumana, negando direitos para jogar as pessoas no chão", denuncia Ana Carla. "Quando você está numa luta contra uma gigante, e ela abre processo contra você, reafirma que ela é que tem o poder. Ela consegue coibir, colocar o terror na maioria. Multa de R\$ 10 mil é um valor muito alto pra gente aqui da comunidade".

TEM FIM O TÚNEL?

Ana Carla desfia o rosário: "A morosidade do Ministério Público também nos afeta. Sabemos que o tempo da justiça é diferente do tempo dos atingidos, mas podiam andar mais depressa. A Defesa Civil municipal tem reuniões frequentes com a Vale sem a presença da comunidade. A prefeitura tem condições de pressionar a Vale, precisamos do apoio do prefeito. Estamos órfãos".

Segundo a advogada Maria Tereza, "agora, com o encerramento da mediação, a ação voltará a correr, e deverá ser retomada a discussão sobre a garantia do direito à ATI para as pessoas atingidas pela barragem Doutor. Nesse momento a ação aguarda despacho da juíza de 1ª instância informando quais serão os próximos passos".

Enquanto isso, as pessoas atingidas continuam aguardando que a lei 23.795/21 – assim como o despacho da 1ª Vara Cível de Ouro Peto de setembro de 2020 – deixe o mofo da gaveta, fazendo valer seu conte-

údo inteiro, que traz a garantia a três direitos: "à opção livre e informada das alternativas de reparação integral", "à reparação integral dos impactos socioeconômicos" e à "assessoria técnica independente, escolhida pelos atingidos por barragem e a ser custeada pelo empreendedor, para orientálos no processo de reparação integral".

As pessoas de Antônio Pereira seguem na luta e clamam por justiça.



Aqueles que deixaram suas casas denunciam a rápida destruição das propriedades, sem qualquer atenção da Vale.

Foto: Leo Souza

DRUMMOND E A MINERAÇÃO

Poeta itabirano presenciou o desaparecimento do Pico do Cauê e anteviu Minas ser pulverizada

FERDINANDO SILVA

uito antes da lama exposta aos olhos do mundo em Mariana e Brumadinho, nos rios Doce e Paraopeba, um mineiro desconfiado, que se tornaria o poeta brasileiro mais destacado do último século, observou, da janela de seu casarão em Itabira, o objeto de desejo da nascente exploração de minério de ferro em larga escala no país. Dela, Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) questionou os modos de funcionamento desde então e pela vida toda e suspeitou da tragédia do "destino mineral" que capturaria Itabira e, mais tarde, tantas outras cidades mineiras..

De um ponto bastante privilegiado, compreendeu de início a voracidade da exploração minerária e o ciclo vicioso no qual incorre: a dilapidação desenfreada da natureza rendendo lucros vultosos para uma parcela reduzida de pessoas, enquanto socializa impactos de toda ordem, sem gerar prosperidade ou criar condições para que as cidades, em geral de pequeno e médio porte, ultrapassem minimamente a dependência gerada por ela própria. A marcha segue até que não sobre mais nada e o aparato minerador busque outro morro para exaurir.

Tudo isso, Drummond transfigurou em seus poemas e registrou em suas agudas crônicas, artigos e notas em seu diário, ao longo de cinco décadas, num arco paralelo ao desenvolvimento da indústria minerária no Brasil; acompanhou das promessas às ruínas.

O LUGAR MAIS RICO DO MUNDO

De família tradicional de Itabira do Mato Dentro, como era chamada à época da infância, Drummond por lá viveu até o início da adolescência, mais alguns meses em 1926, quando lecionou geografia e português em um colégio da cidade. Nunca se desvencilhou, no entanto, do espírito do lugar itabirano, que teria centralidade em afamados versos e que ressoaria em toda sua obra.

Em "Itabira", que aparece no seu primeiro livro, Alguma Poesia (1930), narra: "Cada um de nós tem seu pedaço no pico do Cauê./ Na cidade toda de ferro/ as ferraduras batem como sinos./ Os meninos seguem para a escola./ Os homens olham para o chão./ Os ingleses compram a mina./ Só, na porta da venda, Tutu Caramujo cisma na derrota incomparável". Já aí estão o Cauê, a mina e a cobiça dos estrangeiros que, munidos de informações sobre a riqueza que jazia na região, compraram a preço de banana as terras dos matutos.

Essa riqueza dormente, conta José Miguel Wisnik em Maquinação do Mundo (2018), foi apresentada ao mundo de forma sistemática em 1910, em um congresso internacional de geologia. Daí em diante, os países coloniais voltaram seus olhos a Itabira e a antiga província aurífera foi assim colocada no mapa da geoeconomia.

O perfil da serra contra o horizonte itabirano tinha no Pico do Cauê uma súbita elevação, que imperava soberano na paisagem. "Inconsciente e calmo", serviu de referência geográfica durante a povoação do estado, tornando-se também marco histórico, cultural e afetivo dos que se instalaram a seus pés. O nome de Itabira, do tupi itá ("pedra") e byra ("que brilha"), é uma referência ao Cauê.

Um grande impasse político se seguiu à chegada dos ingleses, contudo, que não conseguiram executar seus planos. Opunha-se ao interesse internacional as aspirações nacional-desenvolvimentistas de formação da indústria siderúrgica local.

Em 1933, na crônica "Vila de Utopia", Drummond retoma com acidez o slogan do visconde de Serro Frio de que o Cauê abasteceria "quinhentos mundos durante quinhentos séculos". "Tanta riqueza em potência", alerta o poeta, "vem sendo, talvez, um grande mal para a vila de Utopia".

"Parecia-me que um destino mineral, de uma geometria dura e inelutável, te prendia Itabira, ao dorso fatigado da montanha [...]"

A fortuna não chegava e o nó entre a Itabira Iron Ore Company e os interesses nacionais só foi desatado em 1942, com a criação da estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), junto da entrada do Brasil na Segunda Guerra. A Companhia assumiria os títulos minerários dos ingleses e, em troca, forneceria ferro barato aos Aliados.

A GIGANTE ABOCANHA O CAUÊ

Recém-instalada, a CVRD pouco contribuiu na guerra em sua rudimentar "época do muque", em que operários talhavam a montanha à base de picaretas e as rochas eram carregadas em carroças até pequenos caminhões. Na virada para 1950, as marcas da exploração já se faziam visíveis e as esperanças no desenvolvimento da siderurgia nacional se frustraram com a mesma rapidez com que o minério do Cauê chegava aos países além-mar, com paragem apenas necessária no Porto de Tubarão, no Espírito Santo.

O extrativismo cego e surdo, sem se enraizar em avanços estruturais e sociais duradouros, estava deflagrado. Pior: pelas mãos do Estado brasileiro, numa espécie de colonização interna, administrada de longe da poeira, a partir do Rio de Janeiro.

Drummond empreendeu então uma cruzada particular contra a gigante em suas crônicas no Jornal do Brasil. Numa delas, intitulada "Vale da esperança?" (1955), desafia a Companhia a cumprir duas simples tarefas dispostas em seu estatuto: colocar a administração do serviço ao lado do serviço, o que "qualquer pessoa de bom senso realiza sem a necessidade de estatuto", e "reverter em benefício da região o excedente dos lucros da empresa".

Denunciou então o que se perpetuaria em termos similares dali em diante: "A cidade que deu ao país mais de 6 bilhões de cruzeiros, saídos de seu subsolo [...], continua sendo, paradoxalmente uma das mais desaparelhada, mais melancólicas e mais esquecidas cidades brasileiras. Esta é a mancha escura, no quadro da indústria da mineração".

Nos anos 1970, um complexo minerário se ergue sob a alcunha de Projeto Cauê, automatizando a britagem e o peneiramento dos blocos de hematita. Por trágica ironia, o pico que lhe emprestava nome foi britado "em bilhões de lascas" e, com ele, a CVRD tornou-se a maior produtora de minério de ferro do mundo.

O Cauê visto da janela foi assim sumindo, reaparecendo na forma de rejeitos numa barragem instalada na fazenda Pontal, antiga propriedade dos Andrade. Em "A montanha pulverizada", de Boitempo - Menino antigo (1973), Drummond versou:

"Esta manhã acordo e/ não a encontro./[...]/foge minha serra, vai/ deixando no meu corpo e na paisagem/ mísero pó de ferro, e este não passa."

MINAS PULVERIZADA

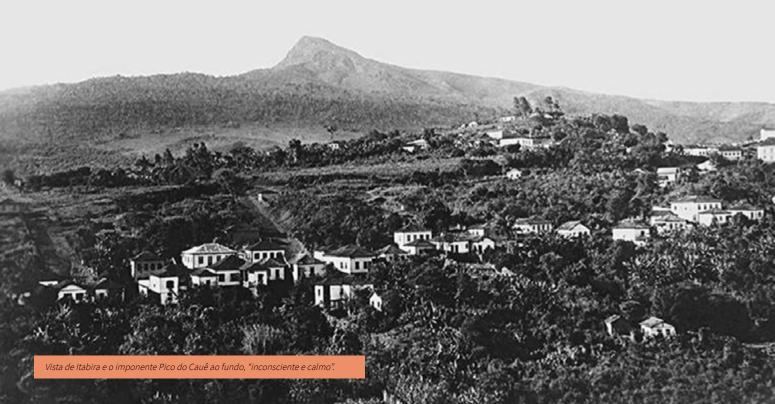
Não foi só o Pico do Cauê que tirou o sono de Drummond. Desde 1945, o poeta trabalhou no atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Lá, participou do tombamento da Serra do Curral, em 1960, e do Pico de Itabirito, na cidade de mesmo nome, em 1962, ambos já explorados por companhias estadunidenses, inglesas e brasileiras, a essa altura.

O tombamento em Itabirito foi revertido logo após o golpe militar e o episódio rendeu o poema "Pico de Itabirito" (1965); hoje, apenas o ponto mais alto está intacto, seu sopé foi obscenamente desfigurado. À Serra do Curral, também atacada com avidez, dedicou "Triste Horizonte" (1975), jogando com a habilidade mineradora em demolir paisagens.

Anos antes de sua morte, em 1987, eternizou ainda outros versos contra a Companhia no Cometa Itabirano. Parecendo antever o desastre que se abateria sobre o Rio Doce, que a Vale retirou de seu nome em 2006, o poeta glosa em "Lira Itabirana" (1983):

"O Rio? É doce./A Vale? Amarga./ Ai, antes fosse/ Mais leve a carga."

Despertado de seu "sono rancoroso", o minério, como que profanado, seguiu a assombrar Minas, e Drummond, através de seu verso soturno, porém luminoso, lutou para que essa terra não virasse pó.





MORADORES DE ANTÔNIO PEREIRA COBRAM DIREITOS E DENUNCIAM ABUSOS DA VALE EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ALMG

Cerca de 100 moradores de Antônio Pereira, distrito em Ouro Preto que sofre com as obras de desmonte da barragem Doutor, estiveram na audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) no dia 13 de julho, para reivindicar direitos, acusar a falta de diálogo com a Vale e cobrar a implementação da Assessoria Técnica Independente (ATI), direito garantido judicialmente às pessoas atingidas.

O presidente do Instituto Guaicuy, José de Castro Procópio, denunciou que a Vale impede o trabalho da ATI, eleita pelos moradores em fevereiro de 2021, mas que ainda não pôde entrar em campo. Ana Carla Cota, geóloga e moradora do distrito, cobrou que o conhecimento daqueles que sofrem os impactos seja validado: "Eles [a Vale] acham que a comunidade é boba. As pessoas sabem da sua realidade [...] e sequer foram escutadas".

A audiência terminou com requerimentos favoráveis às pessoas atingidas, como a contratação imediata da ATI, uma visita técnica da Comissão de Administração Pública da ALMG à comunidade, uma reunião com o Procurador-Geral do estado, o envio de documento elaborado pelas pessoas atingidas às autoridades competentes, entre outros.

EDITAL DO RODOANEL METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE GERA DISPUTA COM PREFEITURAS

O leilão de concessão para a construção do Rodoanel, projeto do governo estadual a ser feito com recursos do acordo de reparação firmado com a Vale pelo rompimento de Brumadinho, foi realizado em agosto. O Rodoanel trará graves impactos socioambientais à região metropolitana, como à bacia hidrográfica de Vargem das Flores, em Contagem.

O edital foi suspenso pela Justiça com base em uma ação da Prefeitura de Contagem, posteriormente derrubada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais após um pedido do governo Zema (Novo). Em uma reunião de conciliação entre as partes, o governo se negou a alterar a data do leilão e o traçado atual.

A Prefeitura de Contagem aceitou acompanhar a elaboração do projeto caso haja garantia de que o traçado será revisto após o leilão. O executivo de Betim não aceitou as condições do edital e vai acionar o STF.

Além de Vargem das Flores, o atual desenho da Alça Oeste vai cortar ao meio bairros altamente adensados, impactando milhares de famílias e comunidades tradicionais como o Quilombo Arturos. Alterada após forte pressão popular e das prefeituras envolvidas, a Alça Sul atingiria os parques da Serra do Rola-Moça, da Serra da Moeda e da Serra da Calçada.

ARARINHAS-AZUIS SÃO REINTRODUZIDAS NA NATUREZA APÓS DUAS DÉCADAS EM EXTINÇÃO

Oito ararinhas-azuis (Cyanopsitta spixii) nascidas em cativeiro foram soltas em julho em Curaçá, na Bahia, onde a espécie foi avistada pela última vez há 20 anos. A reintrodução das cinco fêmeas e três machos faz parte de um plano estabelecido em 2018 pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Elas nasceram na Alemanha e foram repatriadas, em março de 2020, vivendo no Refúgio de Vida Silvestre da Ararinha Azul e na Área de Proteção Ambiental da Ararinha-Azul.

A espécie é endêmica da Caatinga brasileira, só encontrada nesse ecossistema em todo o planeta. A ararinha-azul foi vítima do tráfico ilegal de aves e da devastação do seu habitat e sua sobrevivência ficou atrelada a criadouros artificiais.

As aves estão acompanhadas de um grupo de araras-maracanãs, que têm hábitos similares e as ensinarão a viver na natureza, procurar alimentos e interagir com o ambiente. Mais doze ararinhas-azuis estão em preparação para a soltura, que deve ocorrer em dezembro, e serão guiadas pelo primeiro grupo reintroduzido. As aves carregam um pequeno colar de telemetria no pescoço e serão monitoradas por pesquisadores.

MINEIRO JOÃO MARCOS ROSA ENTRA PARA A LIGA INTERNACIONAL DOS FOTÓGRAFOS PELA CONSERVAÇÃO

Há mais de 20 anos registrando a vida selvagem no Brasil e em dezenas de outros países, o fotógrafo João Marcos Rosa foi escolhido para integrar a Liga Internacional dos Fotógrafos pela Conservação, que reúne os mais destacados nomes do ramo, com 120 membros em todo o mundo. Juntando-se a Luciano Candisani, Rosa é o segundo brasileiro no grupo.

O fotógrafo iniciou sua carreira profissional em 1998, voltado aos registros da natureza brasileira. Formado em jornalismo, especializou-se em documentar histórias ligadas à biodiversidade e à conservação. Desde 2004, colabora com a National Geographic. Suas imagens aparecem em reportagem da Revista Manuelzão 90 sobre a Estação Ecológica de Fechos, em Nova Lima.

Em um de seus projetos, passou mais de cinco anos junto a uma equipe de pesquisadores na Floresta Nacional de Carajás, no Pará, registrando a mitológica harpia, ou gavião-real - maior ave das Américas. As imagens deram origem ao livro Harpia.

Ao Estado de Minas, onde trabalhou, Rosa declarou: "sinto uma enorme honra por estar ao lado de grandes fotógrafos que há décadas contam a história natural do seu planeta e batalham por sua proteção".

JUSTIÇA DO REINO UNIDO ACEITA JULGAR DESASTRE-CRIME DA SAMARCO

O Tribunal de Apelação em Londres aceitou um pedido da defesa de pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, em 2015, e vai julgar a ação contra a mineradora anglo-australiana BHP Billiton, detentora da Samarco junto à Vale, que não é ré neste processo, por não ser uma empresa inglesa. O rompimento varreu do mapa Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, impactou centenas de milhares de pessoas e contaminou o Rio Doce até a sua foz, no Espírito Santo.

A ação, que em caso de condenação pode chegar a R\$150 bilhões, foi proposta em 2018 e rejeitada em 2020. A argumentação da defesa é de que o processo de reparação no Brasil é precário, o que é corroborado pelo Ministério Público brasileiro. Numa virada incomum, em julho de 2021 o caso foi reaberto e, no dia 8 de julho deste ano, foi definitivamente aceito no Reino Unido. A decisão é uma grande derrota para a BHP.

A mineradora ainda pode apelar à Suprema Corte do Reino Unido, mas o recurso é considerado bem mais difícil de se obter do que no Brasil. São representadas mais de 200 mil pessoas, 25 prefeituras e o povo indígena Krenak. Outras 100 mil pessoas querem se juntar ao processo, do qual espera-se um desfecho até 2023, segundo a defesa.

PL DO VENENO AVANÇA NO SENADO

Conhecido como PL do Veneno, o Projeto de Lei 1.459/2022 avançou na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal no início de julho. A proposta, que facilita a liberação de agrotóxicos, foi votada em uma sessão esvaziada e com problemas técnicos. A proposta é profundamente criticada nacional e internacionalmente – a ONU já se manifestou contra o projeto devido às suas "consequências arrasadoras para a saúde e o bem-estar" no país.

O PL do Veneno viabiliza o registro de agrotóxicos nocivos e cancerígenos; facilita a liberação e transfere o poder de decisão sobre novos agrotóxicos para o Ministério da Agricultura,

reduzindo a participação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e do Ministério de Meio Ambiente; muda o termo "agrotóxico", que explicita a toxicidade das substâncias, para "pesticida".

O PL não passou por outras comissões do Senado como as de Meio Ambiente e Direitos Humanos, após uma decisão do presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A proposta seria discutida em audiências públicas que o presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), que também é o relator da proposta, cancelou. O PL do Veneno pode ir ao plenário do Senado no mesmo dia em que for aprovado na CRA.



ASAS PARA O AEROPORTO

Movimento na capital quer transformar Aeroporto Carlos Prates em espaço multiuso ecocultural

MARIANA LAGE

Aeroporto Carlos Prates, na região Noroeste de Belo Horizonte, terá suas atividades encerradas no fim deste ano. Há décadas a população dos bairros vizinhos luta por seu desmonte em função do ruído, da poluição e do risco de acidentes. Como nova página, o Coletivo Cultural Noroeste BH propõe sua transformação em área verde de preservação permanente, pública e de uso coletivo: um parque e espaço multiuso, com estruturas esportivas e culturais.

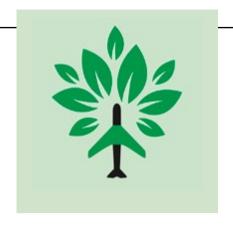
Com 547 mil m², o aeroporto fica na divisa entre as duas grandes bacias hidrográficas da cidade, dos ribeirões Arrudas e Onça. Foi construído na década de 1930, quando a região era praticamente deserta. O cenário mudou e já em 1980 surge o movimento Muda Aeroporto pautando os problemas enfrentados pela população.

Nascido e criado no Padre Eustáquio, Lourival Reis Junior, o Munish, é ator e diretor de teatro e coordenador do Coletivo Cultural Noroeste BH, que atua em prol de políticas públicas culturais na região. "O aeroporto é a última grande área em BH que ainda é pública e não foi tomada pela especulação imobiliária", ressalta Munish, reforçando a oportunidade única da criação do parque no território.

Um plano do governo federal de vender a área para um fundo imobiliário, na contramão do interesse coletivo, acabou sendo descartado. O desejo dos moradores é que, após sua desativação, o aeroporto seja transferido da União para Belo Horizonte, que deverá implementar e administrar o espaço com sua nova função.

NOVA DESTINAÇÃO

A arquiteta e urbanista Viviane Zerlotini Silva, professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), onde coordena o grupo Produção do Espaço Urbano nos Brasis (PEU), participou da formulação do projeto Asas Para o Aeroporto, que estabelece diretrizes para a destinação do território. "O estudo serve para pautar o debate com os órgãos competentes pela requalificação ambiental do aeroporto", explica a arquiteta.



A regional Noroeste é a segunda mais populosa da cidade, mas tem a menor quantidade de árvores por habitante e apenas um parque, o Parque Ecológico Maria do Socorro Moreira, área que já fez parte do terreno do aeroporto e foi desapropriada.

Conforme o Plano Diretor Municipal, podem ser implementados no terreno parques, museus e habitações de interesse social. "Nós queremos manter a memória do aeroporto, entendemos que isso é um patrimônio", defende Munish, pensando na criação de um museu para homenagear Santos Dumont, o Pai da Aviação. "Queremos também usar o espaço para receber eventos culturais que hoje não acontecem na regional Noroeste", avista.

Por ser uma área de topo de morro, prioritária para absorção de águas da chuva e recarga hídrica, a preservação do terreno também contribuiria para evitar enxurradas e alagamentos.

POR TRÁS DA DESATIVAÇÃO

A região do aeroporto é hoje bastante adensada e as residências, escolas e centros de saúde, além de conviver com o ruído dos aviões, são profundamente ameaçados pelo risco de acidentes aéreos – em 2019, quatro pessoas morreram em duas quedas de aeronaves no Caiçara, a 1,3 quilômetros de distância.

Em agosto de 2021, o Coletivo Cultural Noroeste BH apresentou o Asas Para o Aeroporto à Prefeitura de Belo Horizonte, que manifestou-se favorável à municipalização, mas desde então não houve avanço nessa frente. A desativação do aeroporto estava prevista para 31 de dezembro do ano passado, prazo que foi adiado para o fim deste ano.

Para aqueles que veem de perto o ir e vir das aeronaves, e também os que defendem o direito à cidade, é chegada a hora de reimaginar esse espaço, verde, participativo e fomentando o bem comum.

Crédito: Google Earth





O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO RETROCESSO AMBIENTAL

Trecho editado do voto da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 760, na qual sete partidos pedem à Corte que determine à União e aos órgãos federais competentes que executem, de maneira efetiva, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia. Diversas outras ações foram reiteradas no julgamento da ADPF 760, ainda não concluído.

Em meio a tantos retrocessos no direito e na governança ambiental, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, é preciso restabelecer o estado de lucidez e o bom senso. O patrimônio ambiental não pertence a uma única geração, nem apenas à espécie humana, há que se vê-lo de forma ampla e sistêmica.

princípio da proibição do retrocesso ambiental proíbe medidas legislativas ou administrativas cujo objetivo seja suprimir ou reduzir os níveis de proteção ambiental já alcançados no processo civilizatório.

Conquanto não expresso, no texto da Constituição da República, o princípio da proibição do retrocesso em matéria de direitos fundamentais sociais e daqueles denominados de terceira e de quarta dimensão, em matéria ambiental se prevê, de maneira incontornável, esse preceito, derivado diretamente do caput do art. 225, ao garantir a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e impor ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Herman Benjamin sustenta que o esse princípio pode ser tido como um princípio geral, à luz do qual se há de avaliar a legitimidade de medidas legislativas que objetivem reduzir o patamar de tutela legal do meio ambiente:

"É seguro afirmar que a proibição de retrocesso, apesar de não se encontrar, com nome e sobrenome, consagrada na nossa Constituição [...], transformou-se em princípio geral do Direito Ambiental, a ser invocado na avaliação da legitimidade de iniciativas legislativas destinadas a reduzir o patamar de tutela legal do meio ambiente, mormente naquilo que afete em particular a) processos ecológicos essenciais, b) ecossistemas frágeis ou à beira de colapso, e c) espécies ameaçadas de extinção" (BENJAMIN, Antonio Herman. "Princípio da proibição de retrocesso ambiental" in O princípio da proibição do retrocesso ambiental. p. 62.).

O dever do Estado de assegurar o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado previsto, expressamente,

em tratados de direitos humanos acolhidos pelo Brasil, o que reforça o compromisso de cumprimento desse princípio que impede que o núcleo essencial dos direitos sociais seja fragilizado ou aniquilado por medidas estatais supervenientes.

Na questão ambiental, o princípio da proibição do retrocesso relaciona-se às obrigações constitucionais e internacionais de assegurar nível progressivo de melhoria das condições do meio ambiente.

Não se há cogitar, portanto, de imutabilidade de leis, programas ou planos em matéria ambiental. O princípio não contém o congelamento e a imobilidade estatal. Até porque a questão ambiental, na atualidade, não propõe um diálogo com o passado, mas um diálogo com o futuro.

No quadro posto a exame nesta Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental há de se encarecer, assim, que não se está a questionar se possa ser alterado o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAm), criado em 2004. O de que aqui se cuida e se põe a exame judicial é se ao deixar de dar cumprimento ao PPCDAm, cujos resultados seguiam, comprovadamente, no sentido definido pelo Brasil como compromisso constitucional com a sociedade brasileira (art. 225) e no plano internacional (redução da emissão e diminuição do desmatamento ilegal) se adotou providência que com o abandono persistiu na garantia de acatamento ao princípio da proibição do retrocesso.

O que assentou, portanto, este Supremo Tribunal é a incompatibilidade com a Constituição da República de substituição de uma legislação ambiental por outra que faça retroceder espaço protetivo ambiental em detrimento do direito fundamental à saúde ambiental e pessoal dignas.



Acesse WWW.TIRAOPEDAMINHASERRA.ORG

Esta é uma campanha de ativistas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil pelo tombamento da Serra Curral, patrimônio cultural, natural e paisagístico de Belo Horizonte e de Minas Gerais.

